



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS V
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

SARA KELLEN DOS SANTOS

**REALISMO PERIFÉRICO E SUL GLOBAL:
UMA ANÁLISE DAS DEMANDAS PRESENTES NOS DISCURSOS DO
PRESIDENTE LULA NAS COP'S 15 E 28**

**JOÃO PESSOA
2024**

SARA KELLEN DOS SANTOS

**REALISMO PERIFÉRICO E SUL GLOBAL:
UMA ANÁLISE DAS DEMANDAS PRESENTE NOS DISCURSOS DO
PRESIDENTE LULA NAS COP'S 15 E 28**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dra. Cristina Carvalho Pacheco

**JOÃO PESSOA
2024**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S237r Santos, Sara Kellen dos.

Realismo periférico e sul global: uma análise das demandas presentes nos discursos do presidente Lula nas COP'S 15 e 28

[manuscrito] / Sara Kellen dos Santos. - 2024.

51 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2024.

"Orientação : Profa. Dra. Cristina Carvalho Pacheco, Coordenação do Curso de Relações Internacionais - CCBSA. "

1. Brasil. 2. Meio Ambiente. 3. Política Externa. 4.

Realismo Periférico. I. Título

21. ed. CDD 333.7

SARA KELLEN DOS SANTOS

**REALISMO PERIFÉRICO E SUL GLOBAL: UMA ANÁLISE DAS DEMANDAS
PRESENTES NOS DISCURSOS DO PRESIDENTE LULA NAS COPS 15 E 28**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais.

Aprovado em: 19 06 2024

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente



CRISTINA CARVALHO PACHECO

Data: 19/06/2024 13:59:44-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Cristina Carvalho Pacheco (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Documento assinado digitalmente



ALEXANDRE CESAR CUNHA LEITE

Data: 22/06/2024 07:36:18-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Alexandre César Cunha Leite
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Documento assinado digitalmente



ANDRE MENDES PINI

Data: 25/06/2024 12:14:21-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

André Mendes Pini
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Documento assinado digitalmente



JENIFER QUEILA DE SANTANA

Data: 21/06/2024 17:28:30-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Jenifer Queila de Santana
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

À minha mãe, por me incentivar e acreditar em mim quando eu não o fiz. Ao meu pai, por me tratar com carinho e sempre destacar o que realmente importa: “se sentir bem com o que você faz”. E aos meus irmãos, por servirem de suporte nas minhas crises existenciais. Amo vocês!

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	6
2 REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA: UMA APROXIMAÇÃO DA ESCOLA REALISTA À REALIDADE DOS ESTADOS PERIFÉRICOS.....	7
2.1 AS CONTRIBUIÇÕES DO REALISMO PERIFÉRICO PARA A LITERATURA TEÓRICA DO SUL GLOBAL.....	15
2.2 O REALISMO PERIFÉRICO E A REPRESENTAÇÃO EMPÍRICA DA TEORIA.....	17
3 REALISMO PERIFÉRICO: UM GUIA DE TOMADA DE DECISÃO PARA O SUL GLOBAL	22
3.1 O SUL GLOBAL: A FALÁCIA ANTROPOMÓRFICA DO ESTADO RACIONAL E A RELAÇÃO QUE DEVE SER MANTIDA COM A SEGURANÇA.....	28
3.2 O SUL GLOBAL: A HIERARQUIA E A RELAÇÃO QUE DEVE SER MANTIDA COM O HEGEMON.....	29
3.3 O SUL GLOBAL: A AUTONOMIA E FOCO QUE DEVE SER APLICADO ÀS QUESTÕES ECONÔMICAS.....	32
4. REALISMO PERIFÉRICO E SUA APLICABILIDADE: UMA ANÁLISE DAS DEMANDAS PRESENTES NOS DISCURSOS DO PRESIDENTE LULA NAS COP'S: 15 E 28.....	34
4.1 DIVERSIFICAÇÃO DE PARCERIAS E ALINHAMENTO ESTRATÉGICO.....	38
4.2 AUTONOMIA POLÍTICA E FINANCIAMENTO CLIMÁTICO INTERNACIONAL.....	41
4.3 A DIFERENÇA NAS AGENDAS E A COOPERAÇÃO EQUITATIVA.....	43
5 CONCLUSÃO.....	44
REFERÊNCIAS.....	47

REALISMO PERIFÉRICO E SUL GLOBAL: UMA ANÁLISE DAS DEMANDAS PRESENTES NO DISCURSO DO PRESIDENTE LULA NAS COP'S 15 E 28

Sara Kellen dos Santos¹

RESUMO

O Realismo Periférico (RP) é uma teoria de política externa para os Estados do Sul Global? E como o Brasil, um país que é caracterizado periférico por Carlos Escudé, consegue se projetar internacionalmente por meio da agenda ambiental?. Para responder a tais perguntas, será utilizado o RP de Carlos Escudé (1992, 1995), que se destaca por (1) reconhecer a anarquia apenas entre os membros com poder de veto do CSNU (China, Estados Unidos, França, Grã Bretanha e Rússia) e a Alemanha (balizador econômico da UE), enquanto entre os demais, periféricos, a hierarquia impera e (2) dividir os Estados em três classes: os que fazem as regras (*rule-makers*), os que obedecem (*rule-takers*) e os que se rebelam a elas (*rule-breakers*). É uma pesquisa teórica e de estudo de caso, de caráter bibliográfico, documental e qualitativo, que se utiliza da revisão sistemática da literatura (RSL) para a discussão e analisa os discursos do presidente Lula nos anos de 2009 e 2023 nos fóruns multilaterais da COP (15 e 28) no estudo de caso. Ao analisar as demandas do Brasil na área ambiental sob a ótica do RP, espera-se que, diante dos constrangimentos internacionais impostos pelo RP a um Estado fraco, o Brasil instrumentalize a temática ambiental de modo a intensificar sua participação nestes espaços, ocupando uma posição de protagonismo nesta agenda, ao mesmo tempo em que abandona sua postura defensiva. A hipótese a ser testada aqui é que o Brasil, enquanto país periférico, utilizou a temática ambiental para alçar à posição de *rule maker* dentro do sistema internacional.

Palavras-chaves: Brasil; Meio Ambiente, Política Externa; Realismo Periférico.

ABSTRACT

This research explores whether Peripheral Realism (PR), as developed by Carlos Escudé (1992, 1995), can be considered a viable foreign policy theory for Global South states. Escudé's PR posits that anarchy exists only among the United Nations Security Council veto-wielding powers (China, France, Russia, the United Kingdom, and the United States), as well as Germany (the EU's economic anchor). In contrast, a hierarchical order prevails among peripheral states. Escudé further categorizes states into three classes: rule-makers, rule-takers, and rule-breakers. This study employs a theoretical and case study approach, utilizing bibliographic, documentary,

¹ Bacharelada do curso de Relações Internacionais pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).

and qualitative research methods. A systematic literature review (SLR) is conducted to inform the discussion, and the analysis focuses on President Lula's speeches at the COP summits (15th and 28th) in 2009 and 2023. Can Brazil, as a peripheral state, use environmental issues to elevate its position to rule-maker within the international system, despite the constraints imposed by RP? Brazil has utilized environmental issues to enhance its participation in multilateral forums and assume a leading role in the environmental agenda, departing from its previously defensive stance. This research contributes to the understanding of foreign policy theories for Global South states and the role of environmental issues in international relations.

Keywords: Brazil; Environmental Diplomacy; Foreign Policy; Peripheral Realism.

1 INTRODUÇÃO

Há uma literatura escassa em relação à abordagem do Realismo Periférico (1997). Ao mapear por meio do método da Revisão Sistemática de Literatura (RSL), foi possível coletar uma amostra significativa de estudos e analisar suas contribuições, similaridades e diferenças, bem como a associação da teoria em si a estudo de casos de países latino-americanos, mas que também fazem parte do chamado “Sul Global”.

Ao identificar esse conceito, a questão levantada por meio da RSL pretende saber: “O Realismo Periférico é uma teoria de política externa para o Sul Global?”, levando em conta que a expressão nasce com o propósito de substituir o chamado “Terceiro Mundo”, mas encontra a sua utilidade ao abarcar países emergentes sendo um termo que não carrega na ideia em si, uma conotação negativa, que visa o crescimento econômico, cultural e político, atribuindo um foco significativo na superação da condição de subdesenvolvimento e dos vestígios do passado colonial.

O Brasil, por fazer parte do “Sul Global” sendo periférico nas suas relações com o chamado centro do poder, caracterizado por Carlos Escudé (2015) como o Conselho de Segurança (CSNU) junto a Alemanha, que é um *player* essencial para a economia europeia, ao passo que se porta como líder regional e porta voz dos Estados débeis e em desenvolvimento, por meio dos discursos da COP, em particular a 15 (2009) e a 28 (2023), é possível enxergar essa dinâmica estabelecida nas relações de parceria e comportamento nos fóruns multilaterais. A Conferência das Partes sendo destacada por promover um debate atual sobre as ações em prol da redução dos efeitos gerados pela mudança do clima e ser um cenário que favorece o país insular, já que a participação de ações conjuntas entre os Estados é de interesse e consenso entre países párias, em ascensão e centrais.

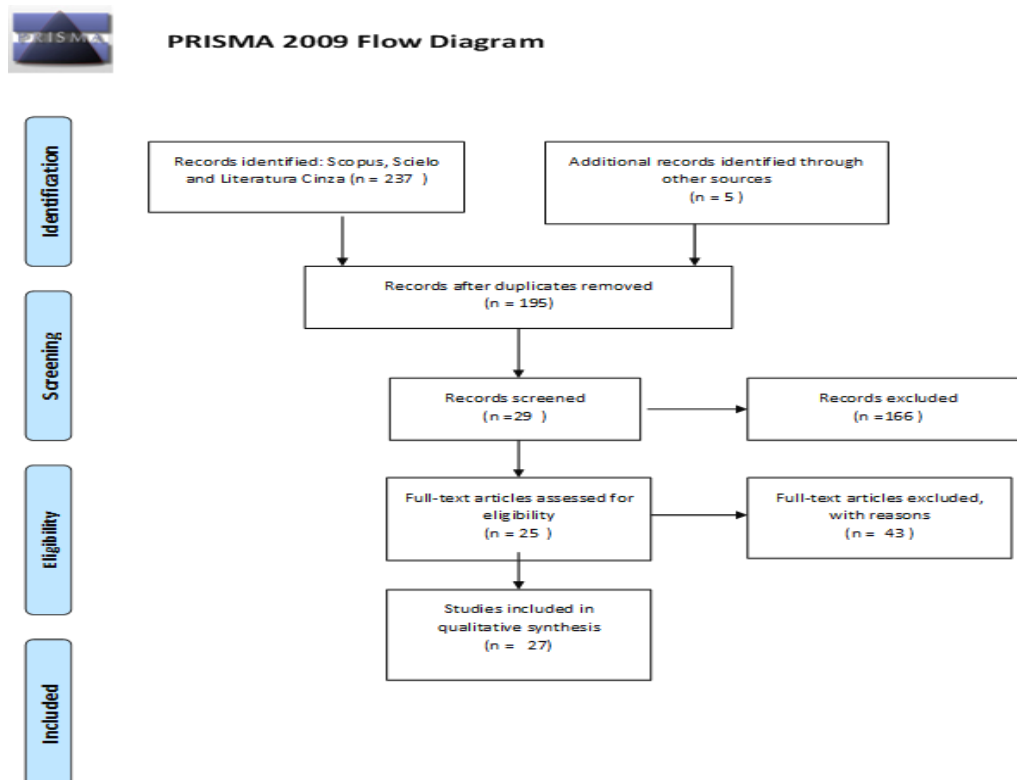
A análise da RSL foi dividida entre contribuições teóricas e empíricas da teoria periférica idealizada na Argentina (RP), sendo destacada a diferença entre Periferia e Sul Global. Posteriormente, o Realismo Periférico foi apresentado na forma de um guia de instruções sobre como os Estados do Sul Global devem agir para resguardar o bem estar do cidadão, crescer economicamente e se manter seguro em seu entorno regional. A partir disso, o maior país da América do Sul foi exposto através dos discursos do presidente Lula durante seu segundo e início do terceiro governo ao ser investigada as demandas presentes nos discursos da COP- 15 (2009) e da COP-28 (2023), buscou-se compreender “Como o Brasil, um país que é caracterizado periférico por Carlos Escudé, consegue se projetar internacionalmente por meio da agenda ambiental?”. Nas suas ações atuando como um intermediário entre as unidades emergentes e o centro do poder, cobrando participação das superpotências da arena internacional no cumprimento das metas acordadas, sem necessariamente se tornar um “*Rule Breaker*”.

2 REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA: UMA APROXIMAÇÃO DA ESCOLA REALISTA À REALIDADE DOS ESTADOS PERIFÉRICOS

A Revisão Sistemática da Literatura é um método que busca sistematizar, de modo a possibilitar uma replicação da revisão que sintetiza o resultado de pesquisas passadas (Lira, Vanessa, 2018) nesse caso, sobre o mesmo escopo teórico. Os objetivos dessa abordagem para analisar os resultados da pesquisa foram (1) mapear a produção sobre o Realismo Periférico existente, especialmente na América Latina e no Brasil, embora a inclusão dos resultados do Scopus aumente essa especificação regional, (2) evidenciar a carência de trabalhos que adotam a teoria do Realismo Periférico como abordagem teórica e (3) tornar possível a reprodução dos resultados encontrados, assim como tornar evidente o roteiro seguido para a coleta desses trabalhos avaliados. Esse último ponto a ser observado na revisão, é possível pois o método (RSL) possibilita uma maior visualização das etapas que são listadas para serem concluídas, promovendo a coleta do material já existente sobre determinado assunto, assim como os critérios de inclusão, exclusão e ainda, as limitações apresentadas na pesquisa (RIDLEY, 2008)

Foram utilizados três conjuntos de palavras-chaves combinadas para a coleta

dos resultados nos três buscadores: Scopus, Scielo e a Literatura Cinza representada pelo Banco Nacional de Teses e Dissertações da Capes (BNTD). Entre essas, estão: “Realism and Escude” ; “Peripheral Realism and escude” e “Peripheral Realism”. Como visto, o and foi o operador booleano escolhido, ele serve para combinar os descritores das palavras-chaves e para que os resultados encontrados sejam obtidos pela inclusão de todas as expressões usadas. Com a finalidade de analisar uma amostra considerável, foram considerados como critério de inclusão: artigos, reviews e book chapter; escritos em inglês, espanhol e português. Já para excluir o material inadequado houve uma delimitação temporal entre 1985-2023 e foram desconsiderados artigos com a temática do realismo literário, mais conhecido como Realismo Fantástico. Ainda sim, houve limitações à RSL como a dificuldade em acessar artigos de forma gratuita, sendo necessária a utilização de ferramentas para a quebra de sigilo e a impossibilidade da leitura do primeiro livro de Carlos Escudé. A amostra obtida no geral foi de 237 trabalhos. Após a exclusão dos duplicados pelo Endnote, foi possível obter 195 para a leitura do resumo e do título. Dos 195 resultados, 27 restaram, após a triagem que consiste na leitura do título e resumo, sendo eles: 4 teses, 2 dissertações, 20 artigos e 1 revisão.



Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados da RSL.

Os critérios analisados dos trabalhos inseridos, foram pensados focando no potencial de cada texto para responder à pergunta central da Revisão Sistemática que buscou entender se “O Realismo Periférico é uma teoria de política externa para o Sul Global?”. É importante destacar que a pergunta da revisão não precisa ser a mesma que a do problema de pesquisa em si, entretanto, há a necessidade de servir como suporte em seu entendimento, isso é claro, se o pesquisador se propor a entender dois problemas diferentes. Essa é a situação do presente trabalho pois, a pergunta central da pesquisa busca compreender “como o Brasil, um país que é caracterizado periférico por Carlos Escudé, consegue se projetar internacionalmente por meio da agenda ambiental?”.

As pesquisas teóricas são abordagens que centram na discussão dos resultados já presentes na literatura. Por esse motivo, características como o foco da revisão de literatura, elaboração e a formulação ou reformulação de conceitos, são práticas comuns. O estudo teórico, contribui para a academia de modo a identificar referências que são relevantes para a integração de forma geral quanto ao assunto estudado. Os pesquisadores que se centram na teoria, têm a capacidade de incrementar o material já existente ou desenvolver novas perspectivas, utilizando-se da investigação lógica e dedutiva (Blinder, 2012).

O Realismo Periférico é uma teoria de política externa para o Sul Global? A partir dos instrumentos disponibilizados pela Revisão Sistemática da Literatura (RSL), a avaliação levou em conta as abordagens teóricas e empíricas dos autores, a forma como instrumentalizam a teoria para entender fenômenos localizados no Sul Global e a revisão da obra idealizada na Argentina, sinalizando seus pontos positivos e negativos para o avanço das “Visões do Sul”.

No entanto, antes de detalhar a divisão feita para enquadrar os trabalhos encontrados, é preciso assimilar a diferença entre as categorias "Periferia" e "Sul Global" pois ambas são usadas como sinônimo, apesar de possuírem diferenças acentuadas com o decorrer do tempo e do entendimento das complexas relações estruturais. Escudé instrumentaliza o termo "periférico" como parte da divisão em destaque na estrutura do sistema internacional, ao passo que na presente pesquisa

foi feito o exercício de tentar entender como essa teoria, que é formulada para representar a periferia, destaca-se na leitura da tomada de decisão inserida na realidade do Sul Global.

A expressão “Sul Global” foi inicialmente cunhada no final da Guerra Fria para identificar uma gama de sociedades emergentes, localizadas tanto no hemisfério sul como no norte que apresentavam relativo crescimento econômico (Pino, 2014). Por esse motivo, é possível identificar uma certa dificuldade no que diz respeito à definição de quais países fazem parte ou não dessa categoria. Ao focar nas duas palavras que compõem a expressão Sul Global é possível destacar uma confusão ainda maior, já que Nova Zelândia e Austrália não são incluídos como Estados-parte dessa classe. A noção “Global” remete ao atual discurso globalista em processo e os estreitamentos de laços entre sul e norte, permitindo compreender que o sul tem ficado cada vez mais em evidência no cenário internacional.

Ademais, ao reconhecer a falta de consenso em torno dessa definição, devido às nuances quanto à delimitação de um grupo de Estados com característica variadas, dentre as unidades do Sul Global, importa ressaltar as características semelhantes que esses países compartilham. O sul não significa simplesmente um conceito geográfico, sua maior finalidade é inserir as partes marginalizadas, em especial no campo do conhecimento no cenário mundial (Jardim, 2015). Por isso, ao utilizar a expressão “Sul Global” é possível associar, entre as unidades assim denominadas, o passado colonial e o modo como as relações de dominação entre o centro e a periferia se renovaram por meio do neocolonialismo.

A Periferia é tratada pela perspectiva histórica a partir de três abordagens: a primeira é a divisão em dois pólos de poder que os cepalinos², em especial, Raul Prebisch (1949), identificam no sistema econômico internacional da década de 1950. Os periféricos são países que se encontram em condições emergentes, carentes em relação ao setor industrial e econômico. Já o centro é identificado pelos Estados que possuem altos níveis industriais, tecnológicos e capacidade de exportar essas estruturas para além das suas fronteiras. Advogando pela superação do subdesenvolvimento latino-americano, a Cepal foi organizada com a finalidade de

² Os cepalinos são intelectuais latino-americanos que se integraram à Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) em meados do século XX. O nome que plantou ideias catalisadoras deste movimento e influenciou demais autores a se associarem à causa que visava analisar meios para a superação da condição de subdesenvolvimento econômico e desenvolvimento autônomo, atende por Raul Prebisch.

incentivar a industrialização na América Latina e Caribe.

A segunda abordagem envolve os teóricos da dependência. Para Theotonio dos Santos (1978), Ruy Mauro Marini (1969) e Vânia Bambirra (2013), considerados dependentistas, as condições de subdesenvolvimento são tidas como uma função a ser desempenhada, não permitindo a mudança nas relações entre os Estados. Para a Teoria da Dependência, que surge na década de 1960 como uma visão alternativa à Cepal, as economias periféricas, ao manter o sistema capitalista, estariam sempre em desvantagem econômica em relação ao centro, ainda que adotassem um modelo capitalista industrial (Santos, 1978).

Por último, a periferia é analisada pelos teóricos do Sistema Mundo, que têm Immanuel Wallerstein (1974) como principal nome. Para embasar a ideia do Sistema Mundo, o sociólogo instrumentaliza o termo periferia presente nos escritos dos autores dependentistas (Santos, 1978; Amin, 2005; Baptista, Almir, 2009), dando a impressão de que: “para alguns analistas, a análise dos sistemas mundos (ASM) seria de alguma maneira uma adaptação da Teoria da Dependência por apresentar uma explicação do processo de desenvolvimento econômico atrelado à dinâmica Centro (países ricos), Periferia e Semi-Periferia (países subdesenvolvidos).” (Pennaforte, 2011, p. 37-38). A estrutura do sistema mundo, para Wallerstein, é cíclica, permanece se articulando a fim de reproduzir relações assimétricas, seja em relação à capacidade de projeção de poder dos Estados ou à manutenção da soberania financeira do centro, devido à deterioração dos termos de troca.

As três perspectivas partem de uma análise periférica da posição mundial, por esse motivo, contribuem no campo teórico das Relações Internacionais ao (1) criticar a ordem do sistema internacional, demonstrando preocupações evidentes com o desenvolvimento da periferia mundial em meio a assimetria nas relações econômicas e culturais, (2) denunciar a perpetuação dessa estrutura estratificada, e (3) apresentar a ideia de que a mudança desse *status quo* é necessária. As diferenças que perpassam as propostas apresentadas residem na ênfase desde o papel do Estado, até a proposta de superação da condição de subdesenvolvimento, que são os aspectos abordados pelos cepalinos, dependentistas e a Teoria do Sistema Mundo.

Apresentada, ainda que rapidamente, a discussão em torno do conceito de periferia, cabe agora contrapor ao de Sul Global. Antes de mais nada, é preciso

salientar que não existe consenso na academia sobre o significado do termo. Apesar disso, é possível identificar compreensões que convergem quanto à ideia da expressão em si. Pode-se observar essa semelhança no passado colonial em comum, as consequências que esse histórico de exploração gerou e permanece reverberando a dificuldade em lidar com “os antigos centros imperiais” e, ainda, a vontade de mudança na ordem internacional (Acharya, 2010).

Embora algumas lentes arrisquem conferir ao Sul Global uma dimensão continental, citando a América Latina, Ásia, África e Oceania como parte do conceito, é possível, na atualidade, enxergar o surgimento de potências médias com relativa projeção de poder no cenário internacional, como é o caso do avanço industrial asiático e o poder econômico dos BRICs (Dados; Connell, 2012). Apesar disso, o *boom* político e econômico não impede os emergentes de lidar com problemas internos, comum a países em desenvolvimento, ao passo que se faz necessário apresentar uma estratégia incluindo as demandas que a multipolaridade do sistema internacional apresenta.

Os elementos utilizados para classificar os Estados como Sul Global, dentro do aspecto conceitual, são os mesmos que definem as unidades como periferia, pois apesar da periferia ser uma classificação cuja ênfase é centrada nas relações econômicas assimétricas da estrutura do sistema, os Estados em situação de emergência historicamente estiveram à margem durante a evolução econômica dos países centrais (Wallerstein, 1990). Países como Portugal não são considerados centro, ao mesmo tempo que seu passado como metrópole não lhe permite ser classificado como Sul Global. As razões que explicam a divisão internacional do trabalho, especialmente da classe trabalhadora marginalizada, são semelhantes às realidades compartilhadas pelas unidades do Sul Global. Pode-se visualizar essa relação no quadro a seguir.

Quadro 01: Diferenças entre os conceitos de Sul Global e Periferia

Aspectos	Sul Global	Periferia
Aspecto conceitual	Tem a função conceitual de substituir os termos: terceiro mundo e subdesenvolvido. Flexível quanto aos	Função conceitual de categorizar padrões de riqueza. Não é flexível e há consenso, embora exista

	Estados-partes, não há consenso sobre seu significado. Tentativa de destacar similaridades herdadas pelo passado colonial.	uma diferença nas análises sobre a forma de superação da condição de subsistência. Tentativa de superação dos efeitos do neocolonialismo.
Aspecto geográfico	Não geográfico. (não há consenso)	Não geográfico. (há consenso)
Aspecto político	Empoderamento dos Estados quanto a superação do passado colonial. Não é necessariamente antiocidental. Foco cultural e sociopolítico, caracterizando espaços cuja exploração colonial ainda afeta politicamente.	Ruptura com o Sistema Internacional capitalista vigente, visão negativa sobre a integração norte-sul como prioritária, antiocidental. Foco em políticas econômicas a fim de diminuir a assimetria do sistema.
Aspecto de projeção internacional	Capacidade de influência em determinados temas da agenda internacional, considera atores além do Estado como essenciais na arena internacional.	Dificuldade de se projetar internacionalmente, Antiocidental, Foco no Estado como ator principal.

Fonte: Elaboração própria a partir de Wallerstein, 1990; Jardim, 2015.

O aspecto conceitual geralmente diz respeito à origem do conceito. Em relação ao Sul Global, seu surgimento vem da ideia de romper o tom negativo impregnado na expressão “Terceiro Mundo”, paralelo a isso, a periferia é um termo que ganha força, especialmente junto a criação da comissão da CEPAL (1948) e a abordagem dependentista, que ganha impulso entre a década de 60 a 70. Já o aspecto geográfico, motivo de consenso entre os conceitos por não possuir unidade consensual a respeito de quais países os teóricos identificam como Sul Global ou Periféricos, essa característica também pode ser explicada pelo fato de que os países podem estar em um momento de crescimento ou declínio político econômico no cenário internacional. A questão política e projeção internacional são diferentes ao passo que a terminologia Sul Global atende aos Estados incentivando a participação nos fóruns multilaterais, entendendo que encontrar o caminho para a participação ativa leva a uma certa criação de capacidade de projeção de poder

internacional, embora as abordagens periféricas destaquem mais a cooperação Sul-Sul, o Sul Global não é necessariamente antiocidental, contribuindo para uma relação harmoniosa e que considera o bem estar do cenário multilateral que começa a ser desenhado nos anos 2000 (Jardim, 2014).

Escudé (2015) tem como proposta analisar o Realismo sob a visão da periferia internacional elaborando um guia de política externa para os Estados periféricos, advogando que a formulação teórica existente não consegue explicar essa categoria, tampouco auxiliar no direcionamento de práticas que resguardecem o bem estar do Estado menos abastado. Na opinião do cientista político argentino, a recusa em estudar Estados não centrais é um erro, pois a maior parte dos problemas do sistema internacional vem do comportamento dessa parte do mundo que é influenciado, teoricamente, pelos anglo-americanos. Pensar no paradigma desenhado pela CEPAL, não necessariamente faz a visão de periferia do autor ser puramente atrelada aos estudos dependentistas.

A abordagem formulada na Argentina associa a periferia como um lugar de subordinação em relação ao centro das Relações Internacionais. No entanto, não foca só na disparidade econômica, produtiva e tecnológica, a teoria do RP pretende estabelecer uma Política Externa eficiente para Estados não centrais. O centro é identificado pelos países com poder de veto no Conselho de Segurança e a Alemanha, por ser caracterizada como balizador econômico da UE. (Escudé, 1997; 2008) Portanto, na sua elaboração teórica os demais Estados que compõem o sistema são considerados periféricos. Porém, há diferenças essenciais entre a periferia no que se refere a aceitação de regras, o limite econômico que não deve ser cruzado e o equilíbrio entre autonomia e cooperação.

Desse modo, para saber se o RP de Carlos Escudé é uma Teoria de política externa para o Sul Global, através da busca pelo método RSL, houve uma divisão dos trabalhos encontrados, entre as abordagens que se concentraram mais na observação de exemplos práticos da realidade e o balanço de dados e os autores que desenvolveram novas perspectivas partindo da observação dos conceitos teóricos preexistentes.

2.1 AS CONTRIBUIÇÕES DO REALISMO PERIFÉRICO PARA A LITERATURA TEÓRICA DO SUL GLOBAL

No que diz respeito à intenção central de, saber “o Realismo Periférico é uma teoria de política externa para o Sul Global?”, parte dos acadêmicos usam termos como “Terceiro Mundo” e “Literatura Periférica” para destacar produções não europeias. Com o RP não seria diferente pois, além da teoria ser destacada como um avanço para a visão do sul, há uma crença de que os autores subalternos incorporam ao Realismo a importância histórica dos Estados, salientando a problemática da simplificação que o sistema bipolar gerou na percepção literária não-europeia, apagando sua diversidade ao intitulá-las como liberais ou socialistas. Embora para alguns pesquisadores a escola realista se mantenha longe das experiências periféricas, os teóricos não se abstêm de utilizá-las como lente para as análises. O *mainstreaming* das RI é uma base importante para descrever o sistema mundial (Esty; Lye, 2012).

Além disso, pressupostos que fazem parte da agenda do campo teórico realista, como: Estado, segurança, balança de poder e a economia, são alguns conceitos analisados e destacados pela literatura. Esses termos são abordados sob uma perspectiva teórica geral que, por vezes, compara o RP a outras teorias produzidas no Sul ou mesmo ao Realismo clássico.

A metodologia de revisão do Escudé (2015) tem como objetivo demonstrar a falta de poder explicativo por parte dos autores realistas clássicos, liberais e também, das produções periféricas. O autor critica nomes do porte de Kenneth Waltz, neorealista estruturalista, especialmente na analogia entre Estado e mercado por considerar que os Estados são facilmente derrotados como as empresas (Escudé, 1997). Critica também a teoria da interdependência complexa, formulada por Robert Keohane e Joseph Nye (1977). Essa teoria é questionada por gerar ao Terceiro Mundo uma percepção de que pela autonomia estatal o desenvolvimento é alcançado, embora o RP afirme que a realidade demonstra justamente o contrário; e os teóricos dependentistas que geram uma ideia de rompimento com o hegemon sem que os Estados periféricos tenham força para tal, e promovam justificativas de políticas externas danosas aos cidadãos. Nesse sentido, é possível identificar uma revisão de literatura que busca analisar a força de explicação dos grandes nomes positivistas e pós-positivistas, ressaltando os erros e acertos para uma leitura

terceiro mundista.

Um dos tópicos de maior impacto para os Realistas é a segurança dos Estados. Na opinião de Battallem (2016), falta a Carlos Escudé desenvolver o conceito, porque uma das regras presentes no guia de política externa do RP afirma que para manter a paz faz-se necessário o abandono da obsessão por segurança, em especial para países periféricos, pois sua atenção deve ser dada ao desenvolvimento econômico e cuidado com o cidadão. Os não centrais precisam estabelecer uma análise de custo benefício sempre que considerar tomar uma decisão.

Embora os gastos militares não sejam incentivados aos seguidores da teoria do RP, é inevitável tratar do Realismo e não desenvolver o assunto. Ao considerar como tratar a segurança fora do contexto do *mainstream*, a ideia de periferia dupla surge. O caso ocorre quando um Estado está à mercê do hegemom internacional, mas também precisa considerar a figura do poder regional, que é exercido pela potência emergente de maior impacto na região. Esse espectro de análise estabelece um jogo de tomada de decisão em que o Estado não deve se preocupar apenas com uma unidade do sistema internacional, mesmo em meio às mudanças sistêmicas, há uma necessidade de reorientação da política de segurança (Battallem, 2016).

Nesse sentido, o valor de pensar estrategicamente a política externa precisa ser reconhecido pelos países do Sul Global. A política dos Estados não centrais é influenciada pela hierarquia presente no sistema internacional. Nessas relações assimétricas, para buscar a autonomia é preciso expandir a margem de manobra na arena internacional mantendo uma relação amigável com o polo de poder central, mas sem deixar de diversificar as parcerias, sabendo assim, aproveitar as lacunas que a conjuntura proporciona (Rubbi, 2022).

A preponderância da balança de poder entre EUA e China é um momento conjuntural que torna possível a integração com mais de um poder influente. Quanto se tem um sistema unipolar ou bipolar, a estabilidade acentua o *status quo* e a distribuição de poder do cenário internacional. Já a multipolaridade tende a minimizar o caráter restrito de escolha. Apesar da importância de buscar o aumento da capacidade de tomada de decisão, sem que elas sejam puramente condicionadas pela assimetria das relações entre as unidades centrais e as

periféricas, o RP é uma teoria que foca no bem-estar do cidadão, e para evitar que a busca pelo poder se torne custosa a população civil, há certos limites que ao observar os exemplos práticos, o Sul Global não deve cruzar (Schenoni; Escudé, 2016).

2.2 O REALISMO PERIFÉRICO E A REPRESENTAÇÃO EMPÍRICA DA TEORIA

Os estudos empíricos, usam a teoria como suporte para análise de dados e a observação comportamental da realidade. Nesse tipo de pesquisa, existe a testagem de hipóteses e seu caráter é indutivo (Popper, 1993). Apesar do aporte teórico oferecer base as perspectivas do campo das RI's, para que as pesquisas sejam sólidas, é imprescindível reconhecer que elas precisam de evidências empíricas que atestem e validem sua capacidade de poder explicativo (Mearsheimer, 2001). A observação e interpretação da realidade por meio de elementos palpáveis, torna-se essencial para compreender padrões de interações nas dinâmicas entre as instituições e o Estado (Keohane, 1973).

As experiências que aparecem de forma mais frequente na literatura coletada pela RSL, instrumentalizam países como: Brasil, Chile, Argentina, Bolívia, Equador, Rússia, China e EUA para reforçar uma visão de mundo a partir do Realismo Periférico de Escudé (1992). O conjunto de decisões políticas pode ser avaliado como benéfico ou não, a depender dos resultados alcançados, da avaliação de quem o Estado serve, do recorte histórico escolhido para a interpretação e das consequências herdadas à população civil. Sendo assim, é possível perceber uma atenção aos estudos de casos centrados em países da América Latina, especialmente da América do Sul, e como suas políticas externas e internas respondem ao hegemon.

Escudé (2015) afirma que a Argentina cometeu sucessivos erros de cálculo político, os quais contribuíram para o declínio na distribuição de forças da região. As ações listadas pelo autor são (1) a neutralidade na Segunda Guerra Mundial. O Brasil, por exemplo, abandonou essa posição passiva durante o conflito, entretanto seu vizinho permaneceu sem escolher lados. Isso acarretou sanções econômicas e mudanças na balança de poder regional da América do Sul no período subsequente, (2) A Guerra das Malvinas (1982) que gerou conflito com o Reino Unido, derrota e uma baixa militar irreversível, (3) a incompreensão da ordem Interestatal que é

hierárquica e, portanto, deve ser respeitada a saber que existem Estados formuladores de regras e os que obedecem e (4) os confrontos inadequados representados pelas séries de tentativas tidas como desafio ao status quo internacional, como a recusa em assinar tratados nucleares e a tentativa de desenvolver mísseis com Estados que se rebelaram. Essas questões levaram ao isolamento argentino e à debilidade internacional, na opinião do analista.

Segundo Cordeiro (2004), o RP deve ser reconhecido como um dos fatores capazes de explicar o estreitamento das relações entre EUA e Argentina e países do Sul, como Brasil e Chile. Embora a exposição de ideias do RP seja vasta, no tocante ao poder explicativo, a Argentina ganha foco na frequência de estudos de casos publicados. Na década 1990, o Estado passou por um processo de redemocratização, após sucessivos golpes militares. Atrelado a isso, a dívida externa e o descrédito econômico internacional também se tornaram uma questão. O antídoto para o fracasso iminente que o país vinha enfrentando, foi visto por meio do alinhamento da política externa com os grandes centros de poder, destaque preferencial para os EUA.

É importante frisar que, o comércio exterior argentino, em sua produção de grãos de carne bovina, não é necessariamente complementar ao da potência norte-americana que, após a Segunda Guerra substituiu a liderança Inglesa no cenário internacional. O resultado dessa mudança não foi satisfatório para o país do sul pois, anteriormente as relações comerciais anglo-argentinas correspondiam a uma interação que, apesar de assimétrica, era complementar. No entanto, para o novo poder central (EUA) a dependência é a característica que descreve a troca comercial (Escudé, 2015).

As relações entre EUA e Argentina influenciaram a aproximação com os países fronteiriços, Chile e Brasil (Carvalho, 2010). O Chile, assim como o Brasil, soube identificar os Estados responsáveis por forjar as regras e utilizar desse reconhecimento para a tomada de decisão. E, assim como o Chile, o Brasil possui um mercado externo que atrai não só os EUA como a China, nova potência mundial que participa da alternância de poder atual pela liderança internacional.

A queda de posição da Argentina foi outro ponto que refletiu na defesa do país em relação aos vizinhos. A literatura que escolhe o RP como escopo teórico, compreende que um dos principais elementos para se manter na posição de

periferia classe alta, é poder assegurar suas fronteiras contra os países limítrofes (Bolinaga, 2015). Mas o conflito que surgiu com a invasão das ilhas Malvinas e a sucessão de sanções, tanto de Londres como de Washington, causaram debilidades na questão securitária do país.

O Realismo Periférico é utilizado para descrever como pequenos Estados podem elaborar estratégias para maximizar seus interesses internos na estrutura externa. Um dos meios para encontrar brechas e impulsionar suas políticas, é por meio dos regimes internacionais e instituições. O Equador instrumentalizou momentos cruciais no cenário internacional para implementar seus interesses. Ao analisar os governos de Rafael Correa (2007-2017), Lenín Moreno (2017-2021) e Guillermo Lasso (2021-2023), González e López (2023) enquadram as seguintes medidas (1) o fechamento da base de Manta, (2) a relação com o FMI (3) a entrega de Julian Assange e (4) a compra das vacinas contra a Covid-19, como estratégicas, não apenas para aumentar a capacidade de projeção das atividades internas na agenda internacional, como também a visibilidade do Estado nas relações internacionais.

As mudanças das relações entre Argentina e EUA foram afetadas também pela visita dos presidentes Bill Clinton (1993-2001) e Barack Obama (2009-2017) a Buenos Aires em 1997 e 2016, respectivamente. As interações entre ambos os países são descritas como altas e baixas. A relutância do país periférico em reconhecer a hegemonia do Estado norte-americano dificulta o projeto de hegemonia dos Estados Unidos na região sul americana. Apesar disso, o custo dessa posição de não reconhecimento, trouxe mais consequências para a Argentina, por ocupar posição inferior aos EUA no sistema internacional, e pelo fato das importações de ambos os países não serem complementares, ponto que explica a posição dos pesquisadores em apontar as consequências do não reconhecimento argentino como robustas (Morgenfeld, 2016).

Outra experiência que retrata o relacionamento dos Estados periféricos com o centro é a Venezuela chavista. A tentativa de Hugo Chávez (1999) de equilibrar as relações entre Rússia, China e EUA entre 2002 e 2009 foi uma tentativa de equilíbrio da influência central (Valente, 2013). Há uma dualidade nos Estados latinos americanos em tentar alternar o alinhamento e a autonomia. O país adota uma tática de “soft balancing” mantendo uma interação econômica com a China e se alinha à

Rússia politicamente e militarmente, na busca por manter a diversidade de parcerias. O desafio que o governo chavista provocou à ordem unipolar, afeta os EUA na tentativa de retomar a liderança nos processos de interação econômica na AL, lugar ocupado atualmente pela China. Ao apostar na variedade de cooperações interestatais, a Venezuela promove uma visão multipolar e fortalece sua soberania (Mijares, 2017).

Entretanto, a presença de Washington na América Latina pode ser afetada pelo entrelaçamento das relações bilaterais com Buenos Aires. Considerando que a Argentina é um país de relevância histórica e territorial da região, o fortalecimento desses laços é uma oportunidade de catalisar a cooperação econômica, política e de segurança com outros Estados do entorno. Com exceção das “relações carnis” implementadas durante o governo de Carlos Menem (1973-1976), o país do Sul Global ao longo de sua trajetória, buscou evitar alinhamentos automáticos (Cordeiro, 2004).

O conceito de sobrevivência, proposto pelo RP, envolve a procura por autonomia e sua manutenção equilibrada nas relações com as grandes potências. Essa dualidade pode ser complicada de manter, caso não haja uma análise de custo-benefício, mas se torna ainda mais difícil a instrumentalização de regimes internacionais com abertura para projeção internacional. Bolinaga (2015) aponta não apenas as mudanças políticas mas, principalmente, econômicas da Argentina frente a alternância sistêmica dos hegemonos ao longo da história. Reconhecendo no processo, a posição central chinesa no tabuleiro das relações entre os Estados, a Argentina pode se livrar aos poucos do fardo de existir apenas por um consenso entre os líderes regionais (Escudé, 2015).

Iniciativas de regionalismo como o Mercosul, FMI, ASEAN, The Belt Road Initiative e os BRICS servem de suporte para o pensamento estratégico dos Estados do Sul Global, que precisam identificar espaços propícios para falar sobre temas que se relacionam com a economia, a crise ambiental e o desenvolvimento industrial e por último a segurança. Denunciar os resquícios do passado colonial e a nova roupagem denominada imperialismo, é essencial para que as semelhanças entre os Estados em maior quantidade do SI sejam destacadas e possíveis rearranjos venham a ser estabelecidos. Esses regimes contribuem para a visibilidade das políticas dos Estados periféricos, e para aqueles em que o centro divide seus

holofotes com a periferia, as políticas de reforma que as potências médias conquistam ao advogar pela diminuição da assimetria, auxiliam nesse caminho em busca por independência (Rubbi, 2022).

Em contrapartida, a política espacial argentina é uma análise que explica os custos que uma posição de confronto entre um Estado periférico para com uma grande potência, pode gerar. Um dos pontos de inflexão do país latino em relação aos interesses centrais dos EUA se deu na permanente negativa da Argentina em não assinar o tratado de anti-proliferação de armas nucleares. Indo contra todas as recomendações do guia de como um Estado fraco deve agir se quiser sobreviver no sistema internacional, sem abandonar a racionalidade centrada no cidadão, é evidente a falta de traquejo de Buenos Aires em tentar desenvolver um programa nuclear, sem mensurar as consequências desse confronto. Um estado fraco deve evitar estimular uma posição de ataque contra o hegemon por não possuir capacidade para bater de frente com essa grande potência, por esse motivo, o que resta é avaliar e elaborar a política externa, pensando nos custos e benefícios que cada ação traz. Essa avaliação deve ser feita, com base no reconhecimento de que há consequências diferentes para cada país, a depender da sua posição no sistema mundial. Ao atingir esse entendimento, o Estado argentino assina o tratado e passa a seguir as regras do jogo, que são ditadas pelo centro das relações internacionais, em especial os Estados Unidos, na época (Blinder, 2015).

As contribuições do Realismo Periférico para o Sul Global foram estabelecidas entre os dois campos de análise teóricos e empíricos. A teoria auxilia na explicação das realidades de Estados que são tidos como Sul Global, Brasil sendo um deles. No âmbito teórico, é visto como um dos marcos para os estudos do realismo neoclássico. Ao pretender analisar uma das escolas do mainstream das Relações Internacionais por meio do ponto de vista periférico, Escudé cria uma teoria que traz um roteiro de comandos que os Estados não centrais devem seguir para resguardar o bem estar do cidadão e alcançar sucesso econômico, atrelar esses princípios norteadores ao conceito de Sul Global será a característica do capítulo seguinte.

3 REALISMO PERIFÉRICO: UM GUIA DE TOMADA DE DECISÃO PARA O SUL GLOBAL

O Realismo Periférico é uma teoria formulada para direcionar os esforços da tomada de decisão dos Estados periféricos a uma política externa eficaz e que se adeque à realidade da periferia internacional, atendendo aos seus objetivos e necessidades. Os limites explicativos, decorrentes da escassez de análises que considerem os países não centrais, faz com que a visão de Escudé seja negativa, em se tratando da literatura que estuda as relações interestatais. Esses vieses teóricos alimentam uma sede de poder nos países da periferia que vai além da sua real capacidade de confronto isso é, caso ela exista, desafiando a margem de manobra que essa posição no sistema internacional confere aos países emergentes, não-desenvolvidos e que não ocupam o lugar de formuladores das regras. A falta de encaixe desse recorte literário em uma realidade tão diferente do lugar ao qual foi formulado, estimula um comportamento “antiocidente”, políticas justificativas e chega a desorientar completamente a política externa dos governos (Escudé, 2007).

É possível perceber uma preocupação teórica do RP em analisar a política externa dos estados que vivem à margem da política mundial. É o realismo periférico ser uma teoria de política externa para os Estados do Sul Global? e de que forma isso se apresenta? Com base nas variáveis formuladas pelo autor, a teoria do RP se apresenta como um guia que direciona a PEX dos Estados do Sul Global de modo que desestimula todo embate contra o poder hegemônico, incentivando o desenvolvimento econômico ao passo que entende a segurança como um fim secundário. Com o objetivo de tornar o realismo mais real, Escudé não deixa de analisar de forma crítica os principais elementos que constituem o campo teórico do realismo (Escudé, 2015). Para os Estados que fazem as regras, que têm o poder de manipular o curso das atividades das demais unidades presentes no sistema, é comum enxergar a produção de ideias como um quadro, uma prescrição, uma fórmula que deve ser seguida para alcançar o objetivo que, aparentemente, todos os Estados do sistema internacional possuem, seja esta maximização do poder, busca incessante por segurança ou autonomia política, econômica.

Em relação ao Estado, ainda que seja um elemento central para sua análise, o autor também admite a dependência da descrição de sua política a partir de quem ela serve. Os fins que os Estados perseguem também são diversos, não se reduzem

apenas à busca pelo poder ou pela segurança. Escudé compreende que a imagem de cada teoria é dada a partir de uma posição etnocêntrica, entretanto, apesar de apontar as consequências negativas da exportação do conhecimento, o argentino afirma que, especialmente aqueles que estão no topo do sistema hierárquico, tendem a manter e excluir certas análises teóricas por entender que a política é moldada através do conhecimento (Escudé, 2007).

As relações entre centro-periferia e norte-sul não residem apenas no âmbito econômico, industrial e político. A assimetria está presente também na cultura, nos valores e, na medida em que essa interação se estende à formulação de teorias, é possível visualizar uma carência em relação às perspectivas que pensam o cenário do Sul Global. Por isso, cabe ao Realismo periférico analisar as opções que restam para os Estados que possuem um poder limitado e estabelecer uma leitura externa e interna que seja compatível com a realidade do sistema em si, um discurso que faz sentido para a posição ocupada pelos países que não se encaixam como centro, auxiliando na formulação de uma política externa que considere uma análise de custo benefício para as ações adotadas (Morais da Silva; Grassi, 2022).

O realismo periférico (1997) tem como proposta desenvolver um guia de tomada de decisão que auxilia na análise para descobrir se essa experiência real é um exemplo de como seguir a fórmula da política externa pensada para a realidade dos Estados não centrais, utilizando o Brasil para analisar em um panorama geral as demandas expostas nos discursos do presidente Lula nas Cop's de 2009 e 2023, atrelando a receita para a política externa do RP a esses dois períodos. Uma abordagem que estimula a criação de políticas que considera o bem estar do cidadão, concentrando-se na relação interestadual de forma a pensar as condições reais de escolha do país.

Essa análise é direcionada ao Terceiro Mundo, mas há uma dificuldade de compreender até que ponto países com relativa falta de poder podem equilibrar seus interesses internos ao passo que precisam seguir as regras do jogo no cenário mundial, pois o cálculo do custo de suas políticas (especialmente aquelas que atendem ao bem-estar do cidadão) é alto. O RP é um aporte teórico que considera a vulnerabilidade dos Estados no sistema, tornando-se essencial para as análises do campo das Relações Internacionais, levando em conta que o princípio da igualdade jurídica não existe, especialmente pela presença do Conselho de Segurança, ainda

que sua existência seja atrelada a uma ideia extraordinária como um estado de exceção, o poder de veto e o jogo de interesses em torno das decisões tomadas, demonstram uma atuação que desequilibra os pólos de poder (Escudé, 2015).

Fica evidente que um dos incômodos na perspectiva do Realismo Periférico é estabelecer juízo de valor em relação às políticas adotadas sem antes analisar a quem elas servem. Essa servidão tem três vertentes: o Estado, a cidadania e a elite, ou seja, a racionalidade de qualquer política está diretamente relacionada a quem ela responde. A ideia exposta é uma forma de dizer que há diferentes restrições para as unidades em relação a sua política doméstica e como ela responde ao público externo. É mais fácil quebrar as regras estabelecendo um governo não democrático do que formular uma política que contradiz os princípios estabelecidos pelo centro, sendo forçado a lidar com o aparato burocrático que a democracia estabelece (Blinder, 2012).

Há uma falha dos realistas tradicionais ao restringir a maximização das utilidades a procura incessante por poder, essa concepção pode estimular uma visão de “obrigação” em adotar medidas extremas para aumentar sua força, promovendo um comportamento autocrático que desestimula ambientes onde a democracia é a forma de governo que impera, pois a mesma passa a ser vista como um impedimento para o alcance máximo da conquista pelo poder. Essa lógica se configura em um insulto ao viés ofensivo realista como uma tentativa de tirar a pressão sentida pelos Estados em buscar efetivamente se contrapor de modo agressivo frente aos criadores de regras (Escudé, 2007).

O uso descuidado dos termos na academia, é uma afirmação que Escudé (2014) faz, criticando constantemente os autores que deixam se levar, por vezes, “inconscientemente” aos interesses pessoais do Estado em si ou da elite. Os pontos que o RP foca na revisão teórica que busca denunciar as falhas na vertente Realista são: 1) o conceito de Estado como a unidade de análise mais importante; 2) a preeminência da segurança como principal interesse nacional e 3) o conceito de anarquia como princípio ordenador do sistema internacional. Dentre tantas teorias produzidas na periferia, o realismo de Escudé (1997) que toma forma na Argentina, foi proposto sob uma ótica de comprometimento que se adequa realidade do Sul Global e que não aparenta ser apenas uma mera ideologia, mas uma espécie de guia que orienta a política externa desses Estados.

O Brasil é um país de suma importância nesta análise pois, apesar de ser historicamente colonizado, possui relevância no cenário internacional ao elaborar uma política externa com diversificação de parcerias, resguardando e promovendo sua autonomia por meio do desenvolvimento industrial e a instrumentalização de temáticas como a agenda ambiental. O encaixe da teoria do realismo periférico na realidade brasileira pode ser visto através da politização da política externa e da mobilização de instituições que são responsáveis pela tomada de decisão como o Itamaraty (Mijares, 2017). O Estado do cone sul começou a ter uma agenda externa própria, diversificando suas parcerias e focando no desenvolvimento econômico e no investimento externo com países em desenvolvimento, tanto na América Latina, como na Ásia e na África sem, no entanto, deixar de possuir um bom relacionamento com seus vizinhos e as grandes potências mundiais. Esses foram elementos chave para o crescimento da autonomia do país e da promoção de uma visão que o considera um líder regional.

Durante a transição do governo de Fernando Henrique Cardoso (1995–2003) para o primeiro mandato Lula I, foi identificado, pela literatura política brasileira, um movimento de rompimento com as assimetrias presentes nos acordos institucionais internacionais firmados no início do século XXI, esse redirecionamento nos arranjos internacionais, influenciou uma Política Externa Brasileira (PEB) com características de uma diplomacia mais ofensiva, parcerias diversificadas e inserção multidimensional (Nascimento, 2020).

Durante os discursos da cop 15 (2009) e 28 (2023) nos governos Lula II e III, respectivamente, é possível notar um aumento relativo de atores domésticos em política externa e um movimento conjuntural que abre espaço para essa atuação, como a crise financeira que atingiu os Estados centrais em 2008 e a mudança de prioridade na agenda dos Estados Unidos no Oriente Médio que após o 11 de setembro, que resultou num vácuo de poder na América Latina, sendo lentamente ocupada pela China. Ao formular uma política, o maior país da América do Sul, em espaço territorial, baseia sua tomada de decisão nos custos e benefícios para a população, evitando confrontar o hegemom sem antes, possuir um panorama do limite das ações que se pode adotar, focando no desenvolvimento econômico bem como populacional. Entretanto, o gigante português não deixa de diversificar a discussão de temas em questões como meio ambiente, fome, saúde pública e

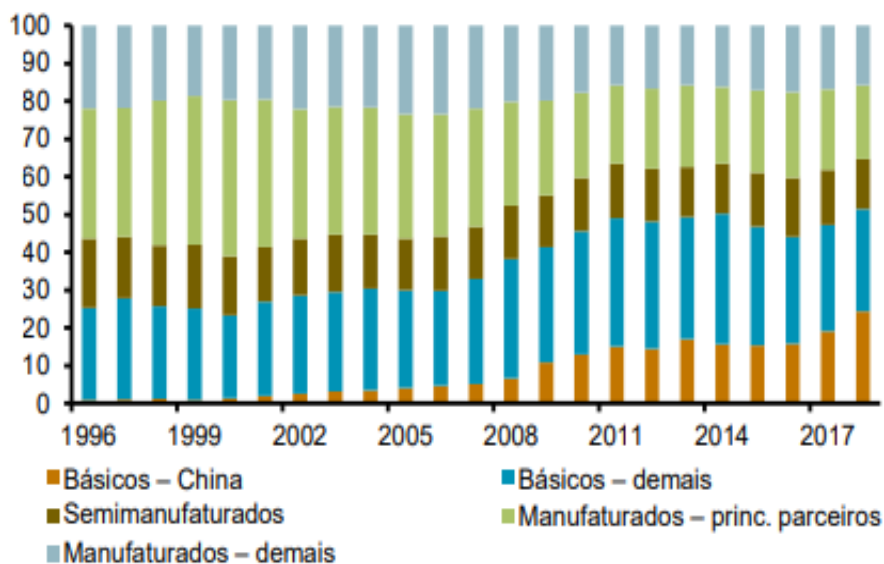
possuir certa liderança regional. Em um jogo de dois níveis, formula-se, lentamente, uma política com relativa capacidade de autonomia.

Embora, não deixe de reforçar a necessidade da mudança do status quo ao realizar manobras que são de interesse comum aos Estados periféricos como a luta pela reforma do CSNU e os discursos que advogam pela não interferência dos países centrais. A presença nos fóruns internacionais sugere o abandono de uma posição defensiva, sendo um Estado ativo ao defender o multilateralismo universal, portando-se como mediador entre norte e sul. Ao participar de coalizões que resultam na participação do país em instituições como o G-20, BRICS, FMI e ONU, são parcerias que exemplificam como o Brasil, apesar de resguardar uma carreira internacional solo, não deixa de representar os interesses dos Estados centrais.

O Brasil possui complementaridade em exportação com a China e os EUA, Estados que atualmente lutam pela hegemonia do sistema internacional, além de estar localizado em uma das maiores zonas de paz no mundo, o que sem dúvidas favorece essa atuação. Em 2008, os EUA e a União Europeia foram responsáveis por 37,29% das exportações brasileiras e por 35,69% das importações (Moreira; Melo, 2010). Já o relacionamento com a China, nos anos 2000, produziu um *boom* de fluxo comercial comparado a década de 50.

Gráfico 1 – Composição da pauta exportadora^{1/}

Em % do total



Fonte: Secex/ME

1/ Principais parceiros: União Europeia, Argentina, Estados Unidos e Venezuela.



Entretanto, em 2008, abandonando essa inexpressividade na troca comercial sino-brasileira, o país asiático passou a ser o segundo maior parceiro do Brasil. Esse cenário não durou por muito tempo já que no ano de 2009, desapossou os EUA do primeiro lugar desse ranking (Cervo, 2008; Ricupero, 2010).

3.1 O SUL GLOBAL: A FALÁCIA ANTROPOMÓRFICA DO ESTADO RACIONAL E A RELAÇÃO QUE DEVE SER MANTIDA COM A SEGURANÇA

A antropomorfia ocorre quando há uma associação do conceito de Estado a características próprias de um indivíduo. Basicamente, o RP demonstra que interligar a natureza do Estado a do ser humano implica assumir que todas as políticas, e o molde de como elas são pensadas, servem para o bem comunitário. Porém, essa noção é falha na medida em que promove a ideia de que o Estado age indiscutivelmente de modo racional e universaliza a tomada de decisão. Segundo Escudé (1997), quando se atribui ao Estado características naturais de um homem, como "honra" ou "egoísmo", tal ação é atrelada automaticamente ao bem estar do cidadão, trazendo a ideia de que a política do Estado ou o bem estar dele espelha o da comunidade. Essa atribuição de aspectos não apenas é inadequada, como também simplifica as dinâmicas internacionais. Além disso, serve para justificar políticas antidemocráticas e auxiliar as que não condizem com a necessidade da população, conferindo uma falsa impressão de que seus desejos e necessidades

são um só. Nesse sentido, a instituição estatal se torna um fim em si mesma, assumindo que toda ação é feita de maneira consciente e racional (Correa Vera; Vera Vega, 2016).

Romper com a ideia de que o Estado é um ator que possui uma racionalidade unificada, afirmando a existência de diferentes forças que perpassam o processo de tomada de decisão, e no caso dos periféricos os constrangimentos da conjuntura acrescentados, traz a consciência de que o foco dos menos favorecidos do sistema precisa atender a demandas diferentes daquelas elaboradas pelo centro. Nesse contexto, Escudé (1997) trabalha a ideia de associar sua teoria a de Morgenthau (1948), afirmando que o autor, assim como o RP, enxerga a racionalidade como instrumental e foi o primeiro a distinguir suas diferenças. Embora, para Morgenthau a amoralidade dos Estado se limite aos meios, o RP foca no desenvolvimento de uma racionalidade que analise não só o meio como o fim. Para tratar de racionalidade é necessário analisar ou definir o tema a ser atendido pela política externa e a quem ela serve.

Para a teoria do Realismo Periférico (2016), a racionalidade deve ser centrada no cidadão, pois ao Sul Global cabe a responsabilidade de criar um conjunto de decisões que associam o bem estar da sua população a um controle de danos. Para essa categoria presente nas relações de forças, o sistema de prudência deve ser levado em conta durante todo o jogo político por não haver espaço para uma Pex idealista que não está ligada às questões econômicas. A segurança para o autor é tratada mais como (necessidade, finalidade ou possibilidade) do que um pré-requisito para todos os atores, só seria preocupante em caso de ameaça real à sua população ou à economia nacional (Lima, 2018) .

É importante destacar que o dilema de associar a insegurança do ambiente anárquico a uma necessidade de desenvolver questões militares, impede os Estados de focar em problemas cotidianos como a fome que já sofrem, na espera de um conflito que ao ser visto como inevitável, acaba por estabelecer um espaço menos propício a paz. A obsessão por segurança pode levar à perpetuação das relações de poder, obrigando os Estados periféricos a adotarem medidas que mantenham a desigualdade estrutural e em longa escala, essa procura incessante estimula um comportamento de extrema violência que limita a liberdade dos cidadãos (Batalleme, 2016; Silva, 2015).

Um conflito, apesar de abrir espaço para a mudança das forças no sistema, também pode resguardar o equilíbrio das peças que já estão encaixadas no topo, e geralmente as que ocupam a posição hierárquica superior são as que vencem ou tiram melhor proveito em meio ao caos, essa é a real intenção dos Estados centrais em manipular a instabilidade ou quebrar as regras, porque estão cientes de que as consequências são sempre mais custosas para os Estados párias. Tendo, pois esse oligopólio estabelecido, quem poderia puni-los? A falta de governo mundial é um problema para as relações interestatais, o dilema de segurança que desgasta países periféricos ao passo que aquece a indústria do centro é um dos exemplos práticos de deterioração das relações de poder (Jaguaribe, 1979).

3.2 O SUL GLOBAL: A HIERARQUIA E A RELAÇÃO QUE DEVE SER MANTIDA COM O HEGEMON

O conceito anárquico do sistema internacional é demasiadamente importante para teóricos que se propõem a analisar as relações de poder entre as unidades por meio da ótica Realista. A visão de Carlos Escudé difere de autores importantes como Waltz (1959) e Mearsheimer (2001) que enxergam a anarquia como uma condição inerente à estrutura das relações interestatais, sendo essa característica fundamental para que os Estados busquem a segurança ou o aumento da capacidade de poder relativo. Enquanto o RP foca nas assimetrias estatais entre a periferia e o centro destacando a importância da autonomia nacional, estudiosos tradicionais se atêm a perspectivas estruturais que tendem a focar na busca pelo poder e estimular a competição entre as partes. Apesar de Waltz (1979) destacar a segurança, propondo-se a avaliar o posicionamento defensivo em meio ao cenário de incerteza que o ambiente gera, a análise ofensiva de Mearsheimer (1995) enxerga o Estado como ator racional que procura a maximização da força, estimulando a contenção dos inimigos.

A partir de uma visão crítica sobre esse conceito, Escudé propõe uma alternativa à leitura anárquica. Para ele, a estrutura do sistema é uma hierarquia imperfeita e incipiente (Escudé, 2014). A ordem internacional é estratificada pois há o estabelecimento de regras, embora essa prescrição seja ditada através de um pequeno número de Estados líderes, a elite do sistema permite a anarquia como enquadro para suas interações. Já para as demais unidades, a hierarquia é a

relação que impera, e isso acontece porque a periferia não possui força para estabelecer frente aos comandos e constrangimentos externos, o que torna o estabelecimento dos papéis desempenhados em relação a composição das regras pelas instituições em segundo plano, nulo.

Para compreender as relações de poder que a hierarquia sustenta, o passo seguinte consiste em avaliar a posição que esse país ocupa no cenário internacional. O RP prevê três classificações que os Estados podem estar alocados. Eles podem ser: (1) os formuladores de regras (*rule makers*) Nesse caso, são os que ocupam o centro do poder e, para Escudé esse centro é o Conselho de Segurança da ONU, podendo vetar qualquer decisão que passe pelo filtro do órgão mais importante desta instituição. Além dos cinco atores com poder de veto, Escudé também inclui a Alemanha, em razão da sua importância como fonte econômica crucial da União Europeia, (2) os Estados que respeitam as regras (*rule takers*), sendo encarregados de sobreviver no ambiente internacional de modo a resguardar o bem estar do cidadão e, por último, (3) os Estados que se rebelam (*rule breakers*) por entender que o princípio jurídico é real e portanto, todas as unidades têm a capacidade de agir conforme seus interesses pessoais.

As relações de poder interestatais encontram uma nova lente analítica. O entendimento de que a estrutura presente nas relações internacionais é moldada também a partir da produção do conhecimento, faz crer que os constrangimentos e as relações de poder da conjuntura internacional não são igualmente vistos e aplicáveis. Por meio desse *insight*, percebe-se que os Estados criadores das regras são os que mais as violam, eles possuem passe livre para quebrar a moral consensual pois não existe um poder supremo que tenha a capacidade de garantir a efetividade da lei internacional. A perpetuação da "falácia" que imputa a noção da igualdade jurídica no Sul Global, impede a compreensão da realidade em que o centro, como forjador de regras, é também o que age como polícia internacional, coagindo as demais unidades a atender aos seus próprios interesses. Por isso, a relação entre violar as leis positivas e não positivas e as consequências de tal ação não é uma interação aplicada igualmente para os países em posição inferior (Cerioli, 2024).

A pretensão de Escudé (2015), ao categorizar os Estados desta maneira, é denunciar relações assimétricas de poder e destacar a presença de implicações

diferentes para aqueles que não cumprem o acordado. Assim, como a autonomia tem custos diferentes, a depender do posicionamento do país, a liberdade de manobra do sistema internacional depende de fatores internos e da inserção do Estado no âmbito internacional. Por esses motivos, a relação estabelecida entre o Sul Global e o hegemon precisa ser cautelosa e haver planejamento. Essa ordem envolve a preservação da autonomia nacional ao passo que a unidade deve buscar proteção contra as tentativas de interferências externas, resguardando sua capacidade de decisão independente e soberania estatal.

Para evitar isso, medidas como a diversificação de parcerias, solidariedade com os países do seu entorno e a procura por inserir suas políticas na agenda internacional são de extrema relevância para o desenvolvimento de uma relação sistêmica que beneficie o cidadão e os interesses nacionais sem no entanto, negligenciar o alinhamento estratégico que resulta numa convivência longe de conflitos com a grande potência hegemônica, fugindo de sanções que possam prejudicar o crescimento econômico e industrial, características essas que são essenciais para alcançar ou manter a autonomia (Batalleme, 2016)

3.3 O SUL GLOBAL: A AUTONOMIA E FOCO QUE DEVE SER APLICADO ÀS QUESTÕES ECONÔMICAS

Para o Realismo Periférico, a lógica de investir no desenvolvimento econômico é vista como resultado da busca por autonomia. O Estado que incorpora esse comportamento, entende que o melhor caminho para sair da condição periférica é estimular sua economia e seguir as regras, ao agir assim os países podem atuar insubordinadamente, mas de um modo etéreo sem provocar riscos ao cidadão. Para que essa relação se desenvolva é essencial entender que a autonomia não é garantida por meio do desenvolvimento. O exercício desta de maneira inapropriada por parte de Estados que não estão alocados no grupo dos que fazem as regras, gera custos para o seu povo, por isso, a posição periférica ao desejar o aumento da sua manobra do cenário internacional, pode recorrer a limitação da liberdade doméstica. Além disso, é possível observar que mesmo os Estados mais poderosos estão sujeitos às condicionalidades do exercício soberano. Os EUA, na Guerra no Vietnã (1955-1975) é um exemplo explícito dessa proposição. Os setores domésticos estavam insatisfeitos com a longa duração do

conflito, portanto o país norte-americano deixou o solo vietnamita dentre outros motivos, pelo exercício da liberdade de escolha do cidadão e a necessidade de considerar variáveis internas.

Os Estados periféricos devem atuar no sistema internacional levando em consideração as restrições presentes no mesmo. A racionalidade das políticas adotadas, devem ser centradas no cidadão. A agenda que atende aos interesses do Sul Global é diferente da agenda pertencente aos países que fazem as regras. O Estado não central deve enfatizar o desenvolvimento econômico como um meio para atingir a autonomia, mas com foco nos resultados a longo prazo. O princípio realista, de trabalhar com os recursos que possui, faz parte da lógica do RP que sugere aos Estados a feitura de um cálculo considerando as capacidades e circunstâncias, bem como os custos e os benefícios de cada ação (Bolinaga, 2015).

O papel do Sul Global nesse contexto não deve ser negligenciado. Ao considerar a ascensão brasileira no cenário internacional é possível compreender como a valorização da soberania nacional é um componente fundamental na luta por alternativas de parcerias para além do centro do poder (Escudé, 1997; Cerioli, 2024). O guia do RP e os exemplos práticos associados a teoria demonstra que a continuidade das relações entre os Estados do Sul Global com os EUA é tida como necessária ainda na atualidade, sendo este o atual hegemon. Excluir essa possibilidade de alinhamento estratégico, limita ainda mais as ações das esferas de poder periféricas. Esse pensamento é uma posição contrária à teoria da dependência (1960), porque não prevê nessa interação, uma condição constante de cristalização da ordem mundial e do subdesenvolvimento no Sul Global.

Outro destaque a importância que deve ser feito ao desenvolvimento econômico foi elaborado Escudé (1997) ao abordar as diferenças e semelhanças entre o Realismo periférico e a Teoria da Interdependência Complexa (1977). O autor afirma que a teoria proposta por Keohane e Nye, apesar de pactuar com algumas falácias que levam a centralizar sua descrição teórica no comportamento dos *rule maker* e, conseqüentemente, negligenciar os Estados párias (especialmente aqueles que abandonaram a racionalidade centrada no cidadão) é, em certa medida, uma abordagem mais explicativa e adaptada à realidade da periferia que o Realismo tradicional, por focar no desenvolvimento econômico e apresentar uma alternativa menos centrada na segurança e nos gastos militares.

No entanto, o realismo periférico está mais próximo do liberalismo do que a própria Interdependência Complexa, pois evita a idéia antropomórfica em sua composição teórica ao compor uma perspectiva que visa evitar o conflito entre norte e sul, ao passo que não subestima o efeito dos Estados débeis, especialmente daqueles considerados rebeldes (Escudé, 1997).

Ao propor analisar a política externa da periferia internacional e suas implicações ou o que resta a essa categoria do sistema, qual a posição ou ação deve ser tomada para evitar maiores danos, o RP é uma tentativa de influenciar o comportamento dos Estados menos abastados em direção a uma política que funcione para as relações econômicas interestatais, desestimulando o conflito bélico, desenvolvendo a indústria nacional, obedecendo as regras do sistema se alinhando com o hegemom e diversificando parcerias. Tendo isso em mente, o cientista político argentino, apesar de reconhecer os esforços de Keohane e Nye (1977) para desestimular os gastos militares, não deixa de problematizar termos como racionalidade da política e a centralidade do Estado em suas análises. Há também uma clara diferença na hierarquia da agenda dos Estados presente no RP, que a interdependência complexa não assume e assim como as demais abordagens criticadas, trata sua resolução e urgência como igual.

A interdependência complexa também serve de justificativa para as ações autoritárias e políticas irracionais que colocam em risco o bem estar do cidadão. Seus adeptos incorporam uma ideia de autonomia que acaba por plantar um sentimento de insuficiência e vulnerabilidade econômica periférica, apesar da intenção teórica ser pacificar as relações internacionais mostrando que essa rede de interação gera um sistema interdependente financeiro, essa rede de contato não garante um ambiente pacífico pois, até nos contextos de interdependência complexa há uma unidade que depende mais do que a outra e essa assimetria gera poder para o lado menos dependente. Além do que, a sensibilidade e a vulnerabilidade é mais sentida pelo Sul Global do que pelo centro (Blinder, 2015).

Em termos de coerção, a difusão da teoria de Keohane e Nye aumenta a capacidade de barganha periférica no sistema internacional, sinalizando a teia que interliga as economias dos Estados sendo eles centrais ou não, o que significa que mesmo que sanções sejam aplicadas, em alguns casos elas podem ser brandas. A ideia auxilia ainda na proposição de que a possibilidade de ascensão estatal está no

êxito econômico de todos, ainda que os ganhos sejam relativos, a unidade que almeja a autonomia deve percorrer esse caminho. Essa noção, traz um sentimento de que apesar de estimular uma obediência e conformidade com a ordem de poder hierárquica internacional, o sistema internacional não é cristalizado no RP, uma vez que a Alemanha é tida como um caso de remissão bem sucedido, por meio da recuperação econômica e do ajuste de relações com as grandes potências internacionais após a Segunda Guerra (1939-1945) recuperou o prestígio mundial (Schenoni, Escudé, 2016).

4. REALISMO PERIFÉRICO E SUA APLICABILIDADE: UMA ANÁLISE DAS DEMANDAS PRESENTES NOS DISCURSOS DO PRESIDENTE LULA NAS COP'S: 15 E 28

A Conferência das Partes (COP) é um órgão ligado à convenção-quadro das Nações Unidas sobre a mudança climática e que tem o intuito de discutir a nível global, a mudança do clima e formas de conter seu avanço iminente. Esse tratado ambiental foi adotado em 1992, embora, somente após sua ratificação em 1994, que os membros signatários passaram a realizar encontros anuais com a finalidade de apresentar meios para mitigar os impactos gerados pelas mudanças, como: a diminuição dos gases de efeito estufa, formas de adaptação às mudanças do clima e o financiamento dos Estados em situação de vulnerabilidade econômica por parte dos países do centro e os que tiveram a oportunidade de se industrializar primeiro (Le Preste, 2000).

Ainda que a COP tenha sido acordada na década de 90, o debate acerca das implicações ambientais para o âmbito internacional foi estabelecido a partir da conferência de Estocolmo (1972). O argumento central deste debate girava em torno de um conjunto de preocupações em relação aos problemas provenientes, grande parte, da industrialização do Norte que impactam o meio ambiente em suas diversas esferas (Viola; Franchini; Ribeiro, 2012).

Um embate foi estabelecido entre países do Norte e do Sul, os industrializados e os que ainda se encontravam em desenvolvimento, respectivamente. Os países desenvolvidos passaram a cobrar um posicionamento consciente dos que se pretendiam ainda implementar estruturas para seu desenvolvimento (como ampliação da sua matriz energética, por exemplo) em

relação às normas de controle ambiental que gera restrições de desenvolvimento econômico para a industrialização tardia dos Estados do Sul Global (Capobianco, 1992).

O Brasil é um exemplo de país que, apesar da pauta ambiental ascender como tema chave no discurso mundial, ainda resguardava o foco político no desenvolvimento para dirimir problemas como a fome e a situação de pobreza nacional. No período anterior à implementação da Conferência das Partes, a política externa de José Sarney (1985-1990) tinha como objetivo a atração de parcerias com a finalidade de industrializar o país. E nas décadas anteriores, o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) fundado durante a ditadura militar (1964-1985) demonstrou que a busca pelo desenvolvimento nacional ocupava o topo da agenda da política do país sulamericano em detrimento da governança ambiental (Oliveira; Onuki, 2006).

Um salto no tempo para 2009, ano em que a reunião da COP-15 ocorreu na Dinamarca e teve como principal pauta da agenda a busca por uma alternativa que substituísse o protocolo de Kyoto, válido até 2012, demonstra a mudança de posicionamento do Brasil no fórum. O governo Lula II (2007-2010) reconhecia que os Estados-parte da Conferência, possuíam responsabilidades diferentes, ainda que complementares e utilizou nos seus discursos da retórica de defesa soberana sobre a forma que cada país encontrava para cumprir com as metas estabelecidas, e também advogou pelo financiamento provindo das unidades desenvolvidas para os Estados em crescimento, elaborando assim uma política externa estratégica que percebe a participação em forma de discurso e cumprimento de acordos como uma vantagem cooperativa e que pode gerar crescimento político nacional. (Crawford, 2010).

Pensando em contribuir para a discussão nesta Conferência, o Brasil teve uma posição muito ousada. Apresentamos as nossas metas até 2020, assumimos um compromisso e aprovamos no Congresso Nacional, transformando em lei que o Brasil, até 2020, reduzirá as emissões de gases de efeito estufa de 36,1% a 38,9%, baseado em algumas coisas que nós consideramos importantes: mudança no sistema da agricultura brasileira; mudança no sistema siderúrgico brasileiro; mudança e aprimoramento da nossa matriz energética, que já é uma das mais limpas do mundo; e assumimos o compromisso de reduzir o desmatamento da Amazônia em 80% até 2020. Todo mundo se colocou de acordo que precisamos garantir os 2% de aquecimento global até 2050. Até aí, todos estamos de acordo. Todo mundo está consciente de que só é possível construirmos esse acordo se os países assumirem, com muita responsabilidade, as suas metas. E mesmo as metas, que deveriam ser uma coisa mais simples, tem muita gente querendo barganhar as metas. Todos nós poderíamos oferecer um pouco mais se tivéssemos assumido boa vontade nos últimos períodos (Lula da Silva, 2009).

A defesa pela autonomia nacional em relação às questões ambientais é uma pauta brasileira que visa proteger a individualidade de cada Estado na tomada de decisão. Não só o Brasil, mas também os demais Estados do Sul Global, compartilhavam da mesma visão crítica em relação às tentativas de interferência por parte dos desenvolvidos. Para China, Índia e Brasil os impasses mundiais são gerados pela condição de pobreza e desigualdade internacional, por esse motivo a primazia da industrialização estava em foco. O Brasil está no centro das discussões sobre como amenizar o aquecimento nesse planeta, já que é o Estado detentor da maior porcentagem do território da floresta amazônica, além de concentrar uma vasta biodiversidade e capacidade de produzir fontes de energia renovável. Por esse motivo, a participação brasileira no combate às mudanças climáticas é vista como importante para a comunidade internacional (Duarte, 2003).

Ainda em 2008, o governo brasileiro formulou o Plano Nacional de Mudanças Climáticas, bem como apresentou durante a COP-15, planos de redução por meio de estimativas como: a energia de (6,1% a 7,7%) o desmatamento com o uso indevido de recursos seria diminuído em (24,7%) e o aumento no replantio de árvore em (0,3% a 0,4%); essas são ações de participação voluntária que o governo se propôs a cumprir o (Brasil, 2010). Tal conjunto de fatores evidenciou o redirecionamento do governo brasileiro, que passou a conferir uma atenção significativa na mitigação dos problemas relacionados à mudança climática. Os dados da proposta de redução que, em conjunto, totalizam por volta de 38% apresentados em metas voluntárias por um Estado em crescimento, conferiu ao Brasil poder, por meio do discurso do presidente Lula da Silva (2007-2011), de cobrar maior participação dos países centrais e desenvolvidos na luta contra o aquecimento, auxiliando as demais unidades nesse combate.

Nesse ponto, entende-se que o país do Sul Global, diferente dos anos anteriores, inseriu na agenda, tanto interna quanto externa, uma participação ativa e altiva nas reuniões da Conferência das Partes, buscando uma resposta assertiva quanto às metas acordadas, ao:

(1) advogar pelo financiamento dos Estados em desenvolvimento, servindo como suporte para implementação das políticas que visam reduzir os danos do aumento climático;

(2) agir como colaborador de metas voluntárias ao apresentar expectativas por meio de dados de redução significativos;

(3) atuar como promotor de participação ao cobrar responsabilidades em comum, apesar de destacar a diferença de peso entre os países que se desenvolveram primeiro e os em desenvolvimento para lidar com as consequências geradas pelos problemas da mudança climática (Goldemberg, 2000).

Atrelada a isso, a cobrança pela atuação dos governos emergentes se tornou ainda maior com a crise de 2008, que debilitou os centros de poder como EUA e parte da Europa, ao passo que a economia de países como Brasil, China, Índia e Rússia permanecia crescente. Esse foi um dos impulsos da conjuntura externa para o envolvimento ativo do Brasil nesta pauta, internamente o presidente Lula II teve participação na formulação de uma política externa personalista visando a liderança regional e focando na diversificação de parcerias, promovendo a importância do envolvimento com Estados outros que não apenas os EUA (Viola, 2009).

É perceptível esse *modus operandi* do Brasil na fala no presidente Lula na Cop-15, pontuando que:

O Brasil não veio barganhar. As nossas metas não precisam de dinheiro externo. Nós iremos fazer com os nossos recursos, mas estamos dispostos a dar um passo a mais se a gente conseguir resolver o problema que vai atender, primeiro, a manutenção do desenvolvimento dos países em desenvolvimento. Nós passamos um século sem crescer, enquanto outros cresciam muito. Agora que nós começamos a crescer, não é justo que voltemos a fazer sacrifício. (Lula da Silva, 2009).

A COP-28, a primeira do presidente Lula, já em seu terceiro mandato (2023), sediada em Dubai, foi importante tanto para o Brasil quanto para o tabuleiro internacional. Os pontos de destaque foram: o balanço geral do acordo de Paris nomeado *Global Stocktake* (GST), o financiamento de que? , a meta de acordo em relação a eliminação do uso de combustíveis fósseis e os sistemas alimentares (Munhoz, 2024). A política externa do governo Lula III também visa retornar aos moldes da política ambiental estabelecida pelo Itamaraty e governos anteriores ao mandato do ex-presidente Bolsonaro (2019-2022), que estabeleceu uma política externa brasileira (PEB) de ruptura, embate ao multilateralismo, pragmatismo e a deslegitimação das instituições do modo tradicional (Silva, 2018).

Além disso, segundo Filho (2024) o desafio do Estado emergente é de reestruturar e implementar políticas domésticas que abram espaço para a apresentação de resultados em 2025 e possibilitem a promoção do Brasil como

protagonista na agenda climática e defensor do multilateralismo, bem como da cooperação participativa e equitativa das unidades partes do acordo climático. Para isso, foram identificadas demandas presentes nos discursos do presidente nas COP'S 15 e 28 durante os governos Lula II e III, respectivamente.

4.1 DIVERSIFICAÇÃO DE PARCERIAS E ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

A diversificação de parcerias, para o Realismo Periférico, é um dos pontos essenciais para alcançar a autonomia. Quanto maior o leque de alternativas econômicas e de parceiros políticos, maior será a margem de manobra que o país possui. As prioridades da agenda dos Estados são diferentes dada a posição internacional que eles ocupam. Na reflexão proposta por Escudé há uma constante associação à realidade das unidades emergentes que precisam equilibrar a dualidade de crescimento econômico, ao passo que ainda lidam com vestígios da exploração colonial (Isaksen, 2016).

A agenda da política externa Brasileira mudou durante o governo Lula (2003-2010) adotando um comportamento que demonstra tanto a divergência ideológica com o presidente anterior, Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) quanto a mudança das condições externas em meio a sua atuação. Os dois mandatos do ex-líder sindical promoveram uma política externa com foco no multilateralismo, na cooperação Sul-Sul e no incentivo doméstico que tinha como objetivo o combate à fome e desigualdade social. O Estado brasileiro, adotou uma diplomacia presidencial que visava inserir as demandas do país insular por meio da participação nos fóruns multilaterais. O caráter de dimensão diversificada da Política Externa Brasileira (PEB) têm evidência na associação participativa do governo em iniciativas regionais como o Mercosul e multilaterais como os BRICS, G20, G4, IBAS, BASIC, essas são instituições que abrem espaço para parcerias e alinhamento estratégico (Silva, 2015; Nascimento, 2020).

As iniciativas de regionalismo que ganharam força durante a década de 60 eram vistas como um espaço dinâmico e participativo, uma abertura onde as unidades do sistema internacional eram estimuladas a adotar medidas liberais e com isso poderiam participar da governança global. Segundo Cervo e Bueno (2002), o Brasil conduziu uma política que propagava o "multilateralismo pela reciprocidade" a ideia que essa expressão traz é a da necessidade de existência de regras para

ordenar o sistema internacional entretanto, sem que acentue ainda mais a disparidade de poder que existe no cenário mundial entre os Estados, agindo em benefício do centro do poder e dos países já industrializados; outra característica desse conceito é que a formulação dessas regras devem ser feitas em conjunto para que os interesses individuais não prevaleçam de modo a criar uma hierarquia com os demais. No entanto, a teoria do RP não prevê participação conjunta na formulação das leis.

Para Schenoni e Escudé (2016), os Estados não centrais que possuem a racionalidade voltada para o cidadão obedecem às regras e atuam de modo a aumentar sua autonomia nacional, focando no desenvolvimento econômico e na diversificação de parcerias, mantendo assim um vínculo com o hegemom. O Brasil, sendo um Estado de classe média, entende a distribuição de poder como multipolarizada, essa compreensão age como suporte político e econômico especialmente durante o governo Lula, que garante presença em fóruns multilaterais tanto por meio do presidente quanto do chanceler Celso Amorim (Cepaluni; Vigevani, 2007). É preciso inicialmente se inserir no contexto internacional para que posteriormente o país tenha capacidade de aumentar sua atuação na participação de temas diversos e estratégicos, essa é uma condição anterior à diversificação da agenda interna e externa.

No discurso da 15ª Convenção quadro sobre a mudança climática, Lula da Silva afirma que,

Todos nós sabemos o que é preciso, para manter o compromisso das metas e para manter o compromisso do financiamento, a gente, em qualquer documento que for aprovado aqui, a gente tem que manter os princípios adotados no Protocolo de Quioto e os princípios adotados na Convenção-Quadro. *Porque é verdade que nós temos responsabilidades comuns, mas é verdade que elas são diferenciadas* (Lula da Silva, 2009).

A COP-15 foi uma das aberturas que o Brasil do governo Lula II utilizou para se inserir internacionalmente por meio do discurso, defendendo a multipolaridade, o financiamento dos Estados não industrializados por parte dos Estados desenvolvidos no combate à mudança climática e aumentou consideravelmente a presença no número de senadores e deputados que estiveram presentes na reunião (Silva; Vizzentini, 2010). Durante a fala do presidente, identifica-se a menção de preocupações comuns a países em desenvolvimento e o estímulo à participação dos demais Estados em situação de crescimento, embora ainda vulneráveis às

condições externas e comprometidos com resoluções de questões domésticas como o combate à fome e a instabilidade político-econômica. Segundo o presidente à época,

Eu não me esqueço nunca que quando tomei posse, em 2003, o meu compromisso era tentar garantir que cada brasileiro ou brasileira pudesse tomar café de manhã, almoçar e jantar. Para o mundo desenvolvido, isso era coisa do passado. Para a África, para a América Latina e para muitos países asiáticos, ainda é coisa do futuro. E isso está ligado à discussão que estamos fazendo aqui, porque não é discutir apenas a questão do clima. É discutir desenvolvimento e oportunidades para todos os países (Lula da Silva, 2009).

Desta forma, apesar do reconhecimento da força do centro, o Estado brasileiro constantemente busca diminuir a vulnerabilidade externa por meio da descentralização dos seus parceiros políticos, atuando de modo a diminuir as assimetrias do sistema e responsabilizando os Estados industrializados de forma pacífica e estável, garantindo participação na governança global em temas estratégicos como a pauta ambiental e reuniões internacionais como a Conferência das Partes (Hurrell, 2015; Filho, 2024).

4.2 AUTONOMIA POLÍTICA E FINANCIAMENTO CLIMÁTICO INTERNACIONAL

Para os Estados em situação de crescimento e a periferia internacional a autonomia é uma definição conceitual importante, discutir o modo para obtê-la é um impasse que permeia as perspectivas teóricas que nascem fora dos centros de poder. O Realismo Periférico (1992), além de surgir de um Estado latino americano, propõe a pensar a política externa considerando a realidade a qual essas unidades estão inseridas, por isso as políticas incentivadas através da teoria de Carlos Escudé prevê um cálculo de custo benefício para as ações tomadas pelo governo.

Nesse sentido, a autonomia é vista como um fim e, para alcançá-la, os Estados devem buscar se industrializar pois, apenas por meio do desenvolvimento econômico e respeito às regras escritas os países não apenas resguardam o bem estar da população civil como também podem aumentar seu poder de barganha política. A autonomia resulta da dinâmica entre conjuntura, fatores estruturais e pensamento estratégico. Para analisar a margem de manobra, o Estado periférico precisa considerar (1) a hierarquia estrutural e os constrangimentos dos atores que formulam as regras, (2) a interdependência global das redes econômicas e

interações assimétricas entre as entidades do sistema e (3) o pensamento estratégico de sobrevivência que objetiva maximizar a margem de manobra e defesa das necessidades e interesses nacionais.

Em 2008, o Fundo Amazônia foi criado para que os países já industrializados auxiliassem o Brasil a introduzir políticas que preservassem a Amazônia, esse órgão é de suma importância para a adaptação e desenvolvimento de ferramentas que visam o combate do aquecimento global. Ao iniciar o terceiro mandato, Lula da Silva reintroduziu a questão climática na agenda, compreendendo que a participação do Brasil nesse contexto é importante posto o protagonismo do país nesse tema e o espaço que a COP gera para tornar visível os interesses e necessidades nacionais e de países emergentes. Nesse sentido, o fundo amazônico retornou após ser paralisado durante o governo Jair Bolsonaro (2019-2022). Posteriormente a sua reativação, governos dos EUA, UE e Alemanha voltaram a investir no organismo, e no caso do país noruegues que já havia colaborado com 3 bilhões de dólares, a liberação do valor foi feita (Carvalho, 2010) (ALBUQUERQUE, 2019) .

Outro evento de destaque para a agenda climática durante o retorno do presidente Lula da Silva (2023) foi a COP-28. O presidente, que estava direcionando a PEX de volta a preocupações e participação ativa na governança climática, destacou a necessidade de retorno da credibilidade no multilateralismo, a importância do financiamento internacional considerando que as consequências do aquecimento afetam as populações mais carente e os países não desenvolvidos, preocupações quanto ao cumprimento das metas dado o avanço do tempo e as falhas nas negociações anteriores citando a reunião do órgão em 2009 na COP-15 e denunciando o contínuo gasto com armamento quando o planeta está em colapso climático. Segundo o presidente,

Em 2009, quando participei da COP15, em Copenhague, a arquitetura da Convenção do Clima estava à beira do colapso. As negociações fracassaram e foi preciso um grande esforço para recuperar a confiança e chegar ao Acordo de Paris, em 2015. Ao retornar à presidência do Brasil, constato que estamos, hoje, em situação semelhante. O não cumprimento dos compromissos assumidos corrói a credibilidade do regime. É preciso resgatar a crença no multilateralismo. É inexplicável que a ONU, apesar de seus esforços, se mostre incapaz de manter a paz, simplesmente porque alguns dos seus membros lucram com a guerra. Nenhum país resolverá seus problemas sozinho. Estamos todos obrigados a atuar juntos além de nossas fronteiras. O Brasil está disposto a liderar pelo exemplo. Ajustamos nossas metas climáticas, que são hoje mais ambiciosas do que as de muitos países desenvolvidos. Forjamos uma visão comum com os países amazônicos e criamos pontes com outros países detentores de florestas tropicais (Lula da Silva, 2023).

Além disso, Lula em seu discurso ressalta a diferença no peso que as consequências da ação climática têm a depender do status do país, mostrando-se como interlocutor dos Estados menos abastados, ele afirma que

A conta da mudança climática não é a mesma para todos. E chegou primeiro para as populações mais pobres. [...] Reduzir vulnerabilidades socioeconômicas significa construir resiliência frente a eventos extremos. Significa também ter condições de redirecionar esforços para a luta contra o aquecimento global (Lula da Silva, 2023).

É evidente que o Brasil está em busca de encontrar o caminho de volta para decisões políticas que impulse a presença do país e seus interesses internos no cenário mundial, ao retornar com a participação do chefe do poder executivo em fóruns multilaterais, defendendo um discurso que culpabiliza os países desenvolvidos, apresenta comprometimento com as metas e a realidade das unidades em desenvolvimento, encontrando na reunião da COP-28 um espaço de visibilidade para inserir temas de interesse nacional.

4.3 A DIFERENÇA NAS AGENDAS E A COOPERAÇÃO EQUITATIVA

Um dos destaques na teoria do Realismo Periférico é a diferença de prioridade nas agendas dos países, especialmente se comparar os desenvolvidos e centrais com os em desenvolvimento. Essas divergências de interesses e necessidades são tidas pelas condições sistêmicas e estruturais às quais a periferia está submetida (Cerioli, 2024). Segundo Lima (2018), a política externa brasileira, especialmente durante o governo Lula (2003-2010) tem como características marcantes a pretensão de questionar leis internacionais em vigência, contestação da participação dos países não centrais na formulação das regras e participação o que gera um comportamento de não alinhamento automático, mas sim estratégico pois, ao questionar por meio do discurso o status quo vigente, o país latino americano não se isenta de cumprir o acordado.

Nos discursos das COP's 15 e 28, fica evidente que o Brasil sendo uma unidade emergente, se preocupa mais com temas como fome, desarmamento, superação na condição de subdesenvolvimento, reafirmação da soberania nacional e combate a interferências externas e assimetrias do sistema internacional (COSTA; Cunha; Velloso, 2012; Munhoz, 2023). É possível identificar essas demandas em seu discurso

Ainda acredito, porque eu sou excessivamente otimista. Mas é preciso que a gente faça um jogo, não pensando em ganhar ou perder. É verdade que os países que derem dinheiro têm o direito de exigir a transparência, têm direito até de exigir o cumprimento da política que foi financiada. Mas é verdade que nós precisamos tomar muito cuidado com essa intrusão nos países em desenvolvimento e nos países mais pobres. A experiência que nós temos, seja do Fundo Monetário Internacional ou seja do Banco Mundial nos nossos países, não é recomendável que continue a acontecer no século XXI. [...] No Brasil ainda tem muitos pobres. No Brasil tem muitos pobres, na África tem muitos pobres, na Índia e na China tem muitos pobres. E nós também compreendemos o papel dos países mais ricos. Eles, também, não podem ser aqueles que vão nos salvar. O que nós queremos é apenas, conjuntamente, ricos e pobres, estabelecer um ponto comum. (Lula da Silva, 2009).

Esse posicionamento destaca as necessidades de um Estado emergente ao defender a soberania territorial e política, investindo no combate à fome em detrimento dos gastos militares. Surge ainda nesse contexto, a menção de países economicamente crescentes na Ásia como Índia e China, é importante mencionar que a China no ano de 2009 se tornou o maior parceiro comercial do Brasil (Goldemberg, 2000; Silva, 2010). A cobrança por parte da equidade cooperativa entre os Estados esteve presente, os centrais além de cumprir metas estabelecidas, precisavam auxiliar financeiramente os menos desenvolvidos já que são responsáveis pelos maiores níveis de emissão de carbono, os periféricos que necessitam lidar com questões provenientes na falta de recursos econômicos, ao receber o valor destinado à preservação ambiental, poderiam também desenvolver políticas que auxiliassem nos objetivos acordados durante a reunião da COP. Lula ainda afirma que

Somente no ano passado, o mundo gastou mais de US\$2 trilhões e 224 milhões de dólares em armas. Quantia que poderia ser investida no combate à fome e no enfrentamento da mudança climática. [...] O 1% mais rico do planeta emite o mesmo volume de carbono que 66% da população mundial. A injustiça que penaliza as gerações mais jovens é apenas uma das faces das desigualdades que nos afligem. O mundo naturalizou disparidades inaceitáveis de renda, gênero e raça. Não é possível enfrentar a mudança do clima sem combater as desigualdades. Quem passa fome tem sua existência aprisionada na dor do presente e torna-se incapaz de pensar no amanhã. (Lula da Silva, 2023).

Assim como o RP desestimula os gastos militares e a obsessão com a segurança, os discursos do presidente brasileiro nas COPs 15 E 28 colabora para um pensamento voltado a preocupações que atingem os Estados na atualidade, em foco os periféricos. Agindo de modo a estimular o multilateralismo, o Brasil demonstra atenuar a situação de unipolaridade, diversificando parcerias com foco no aumento da autonomia e inserindo as demandas dos Estados não centrais e

emergentes se portando como credenciador nessa parte do mundo em um fórum de importância mundial onde sua participação ativa e personalista é esperada .

5 CONCLUSÃO

Embora escasso em casos estudados, o Realismo Periférico é um conceito que permite explorar a atuação de países do Sul global como Brasil na política externa internacional. Ao auxiliar as abordagens neoclássicas, o RP promove uma conexão entre política internacional e política externa, sendo capaz de estudar e definir a estrutura do sistema e a forma como cada Estado age ou deve agir a depender da posição que ocupa no cenário internacional. É uma perspectiva que pode explicar a realidade de Estados periféricos e emergentes, ao analisar as políticas adotadas em meio às condições atípicas e desfavoráveis do sistema.

Ao passo em que o conceito de Sul Global foi integrado e comparado ao conceito de periferia, pôde-se avaliar que essa definição usada para identificar os Estados outrora conhecidos como “terceiro mundo”, tem ou já teve alguma aderência à periferia do cenário internacional. Apesar disso, o problema presente na categorização periférica do RP é considerar todo o resto do mundo, que não os 5 Estados que ocupam o Conselho de Segurança (com poder de veto) junto a Alemanha, balizadora econômica da Europa, periferia.

Entretanto, é possível perceber uma estratificação do conceito de periferia entre aqueles que conseguem se defender em seu entorno regional, com certa influência entre os periféricos agindo como uma presença terceirizada do centro e os que não possuem capacidade de fazer isso por não seguir as regras impostas pelos *rule makers*, como a Argentina que de forma inconsequente não teve a capacidade de reconhecer a grã bretanha e os EUA como hegemons da época.

Com isso, seria prudente utilizar *rule maker*, *rule taker* e *rebel state* para categorizar os Estados, embora a teoria não explique “como ser um *rule taker* mesmo questionando as regras e propondo mudanças no cenário internacional sem necessariamente quebrá-las?”. O Brasil consegue fazer isso ao propor a mudança do conselho de segurança, fazer parte de iniciativas de regionalismo como o Brics, sendo um Estado de porte médio com importante participação em fóruns multilaterais como a COP, mas apesar disso é possível perceber que, ao não instrumentalizar a participação ativa do Estado brasileiro, sem diversificar parcerias

rompendo a lógica da política externa de anos, desmontando as instituições internas como o caráter da política externa pragmática do Itamaraty, o país ainda se mostra sensível e dependente das escolhas de corpo governamental.

O que leva à pergunta central “ o realismo periférico é uma teoria de política externa para o Sul Global?”. As proposições teóricas do RP se encaixam no comportamento político externo brasileiro durante esse recorte ao:

- (1) Incentivar os Estados periféricos a estabelecer uma política externa de custo benefício que deve se concentrar no bem estar do cidadão.
- (2) Evidenciar a diferença entre as agendas postas pelas teorias que pensam a elaboração da política externa através da experiência do centro, Escudé demonstra que a obsessão com segurança leva a gastos militares ineficientes para a maior parte da periferia internacional, que está preocupada com outras questões como: fome, pobreza, assimetria interna e externa, buscando desenvolvimento econômico e encontrando meios de lidar com os constrangimentos da conjuntura internacional.
- (3) Relação pacífica com o hegemon, ao passo em que diversifica parcerias para se tornar menos dependente, aumentando assim a margem de manobra internacional.
- (4) Inversão de objetivos quanto a obtenção de autonomia, para alcançá-la deve-se primeiro se desenvolver economicamente.

O caso estudado, a atuação do Brasil durante as Cop's 15 e 28 em meio ao governo Lula II e Lula III, a partir do Realismo Periférico permite descrever o cenário internacional e identificar a lógica hierárquica relativa e a anarquia restrita apenas àqueles que têm o poder de fazer as regras. Ao compreender o lugar de periferia nas relações com o hegemon, o Brasil mantém vínculos econômico e político não apenas com os EUA, seu segundo parceiro comercial como também com seu principal parceiro, a China, o hegemon em ascensão. O país insular também diversifica parcerias em seu entorno e com Estados que possuem uma economia emergente como a Índia, por exemplo. Nas Cop's 15 e 28 analisadas no período, atua como porta-voz dos países débeis e em situação de crescimento, cobrando uma participação ativa dos Estados centrais no cumprimento do acordo.

Nesse caso, a presente pesquisa gerou questões que apontam a importância do tema para ser estudado em uma futura agenda de pesquisa como: (1) é viável afirmar que o Brasil aplica as regras do cenário internacional no entorno regional?

(2) O RP pode ajudar a pensar como os estados emergentes conseguem se inserir no cenário internacional? seria somente por meio de agendas específicas, aproveitando o espaço da conjuntura internacional? (4) Poderia explicar como o Brasil consegue se impor no cenário internacional sem se tornar um *rule breaker*? (5) A lógica de diversificação de parcerias auxilia os Estados em crescimento a promover um cenário multipolar e participação ativa nos fóruns multilaterais, mas como agir sendo uma economia emergente e sem possuir uma estrutura política estável que ainda é sensível à alternância de poder interno?

O RP também poderia ajudar a elaborar melhor a relação hierárquica entre potências regionais e Estados emergentes com as unidades débeis, a relação entre Chile e Brasil, por exemplo, será que os Chilenos reconhecem a soberania brasileira regional? E esse reconhecimento é tão necessário quanto na relação entre os Estados que de fato (para o RP) fazem parte do poder central, ou teria uma nova configuração, podendo alternar o reconhecimento (caso exista) dada às instabilidades político econômicas características de países emergentes. Com isso, é evidente que o financiamento foi um dos dispositivos responsáveis por inserir os Estados em desenvolvimento na participação da questão climática, diminuir as assimetrias para lidar com as consequências que o aquecimento gera, assegurando a continuidade do desenvolvimento industrial.

REFERÊNCIAS

- Acharya, A. (2017) Theorising the International Relations of Asia: Necessity or indulgence? Some Reflections. **The Pacific Review**, V. 30, N. 6, p. 816–828.
- Amin, S. (2005) O imperialismo, Passado E Presente. **Tempo**, V. 9, N. 18, p. 77–123.
- Albuquerque, F. L. (2019). Coalition Making and Norm Shaping in Brazil's Foreign Policy in the Climate Change Regime. **Global Society**, p. 01–19.
- Alves, E.; Figueiredo, D.; Amaral, A.; Freitas, J. (2022) Como Fazer uma Revisão Sistemática da Literatura? Um Guia Prático em Governança Marinha. In: Fernandes, Ivan Filipe (Org.). **Desafios metodológicos das políticas públicas baseadas em evidências**. Boa Vista: Editora IOLE, p. 119-158. <https://doi.org/10.5281/zenodo.6063897>.
- Alvarez, S. Relaciones Internacionales E Historia En América Latina: Los Caminos Para Reconocer Nuestros Mundos. **Scielo**, 2021.
- Baptista Filho, A. C. de C. et al. (2009) Dinâmica, determinações e sistema mundial no desenvolvimento do capitalismo nos termos de Theotônio dos Santos: da Teoria da Dependência à Teoria dos Sistemas-mundo.

Battaleme, J. (2016) Realismo periférico y dobles periferias: la política de seguridad internacional de Chile e Argentina frente al ascenso de Brasil y la preponderancia norte americana. **Postdata**, V. 21, N. 1.

Becerra, L. (2013) Hacia Un Marco Constructivista Realista Para El Análisis De Las Relaciones Internacionales Desde Las Periferias. **Colombia Internacional**, N. 78, p. 79–126.

Blinder, D. (2015) Hacia Una Política Espacial En La Argentina. **Revista iberoamericana de ciencia tecnología y sociedad**, V. 10, N. 29, p. 65–89.

Bolinaga, L. D. (2015) Del Socio Inglés a La Asociación Estratégica Con China: Argentina Y El Realismo Periférico. **Si Somos Americanos**, V. 15, n. 1, p. 83–113, 30 jun. 2015.

Bruno, A.; Carducci, M. BRICS Countries and Democratic Contagion. **INTERNATIONAL ORGANISATIONS RESEARCH JOURNAL**, v. 10, n. 2, 2015.

Callahan, W. A. China's "Asia Dream": the Belt Road Initiative and the New Regional Order. **Asian Journal of Comparative Politics**, v. 1, n. 3, p. 226–243, 24 jul. 2016.

Carvalho, F. V. de. (2010) A Posição Brasileira nas Negociações Internacionais sobre Florestas e Clima. Brasília, DF. Tese (doutorado em Relações Internacionais). Universidade de Brasília, UnB.

Cardozo, A. et al. (2023) Irán Y Venezuela: Del Realismo Periférico a La Diplomacia Resiliente (1999-2023). **Revista Relaciones Internacionales**, v. 96, n. 1, p. 165–190.

Charles, P. (2011) **Análise Dos Sistemas-Mundo Uma Pequena Introdução Ao Pensamento De Immanuel Wallerstein**. Cenegri Edições ed. [s.l.] Dados Internacionais De Catalogação Na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira Do Livro, SP, Brasil),. v. 1

Carvalho, Janine Salles de. **A influência do realismo periférico nas relações entre Argentina, Brasil e Chile: da hostilidade à cooperação'** 30/09/2010 94 f. Mestrado em INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo Biblioteca Depositária: FFLCH/USP

CAPOBIANCO, J. P. O que podemos esperar da Rio-92?. São Paulo em Perspectiva. Janeiro/junho 1992.

CEPALUNI, Gabriel; VIGEVANI, Tullo; "A Política Externa de Lula da Silva: a estratégia de autonomia pela diversificação". Contexto Internacional. Vol. 29, n. 02, 2007.

CERIOLI, Luíza. Neoclassical Realism, Global International Relations, and the unheard echoes of Realist practices from the South. **The British Journal of Politics and International Relations**, p. 13691481241230858, 2024.

CERVO, Amado Luiz. Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros. São Paulo: Editora Saraiva, 2008.

CRAWFORD, Colin; DA SILVA; Solange; MORRIS; Kevin. South/North Exchange of 2009 - The Challenges of Climate Change Regulation for Governments On the Political Left: A Comparison of Brazilian and United States Promises and Actions. Pace International Law Review Online Companion. Pace University- 9-1-2010.

CORDEIRO, FERNANDO. **POLÍTICA EXTERNA ARGENTINA DO GOVERNO MENEM: DAS ?RELAÇÕES CARNAIS? AO MERCOSUL 31/05/2004** 125 f. Mestrado em CIÊNCIAS SOCIAIS Instituição de Ensino: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO, São Paulo Biblioteca Depositária: PUC/SP

COSTA, L.; CUNHA, K.; VELLOSO, B. A COP-15 e o Discurso dos Jornais Brasileiros: quem afinal pode falar sobre a Amazônia?. **Artigo submetido para apresentação no VI Encontro Nacional da ANPPAS**, 2012.

Creus, 2013)CORREA VERA, L.; VERA VEGA, L. La Disputa Por El mar: El Soft Power Boliviano Ante Organismos Multilaterales. **Revista de relaciones internacionales, estrategia y seguridad**, v. 11, n. 1, p. 263–286, 5 jan. 2016.

DADOS, N.; CONNELL, R. The Global South. **Contexts**, v. 11, n. 1, p. 12–13, fev. 2012.

DA SILVA, A, L; VIZZENTINI, P. Brazil and the Economic, Political, and Environmental Multilateralism: the Lula years (2003-2010). *Revista Brasileira de Política Internacional*, 53 (special edition):40 -65, 2010.

DEVÉS-VALDÉS, E. Cómo Pensar Los Asuntos internacionales-mundiales a Partir Del Pensamiento latinoamericano: Análisis De La Teorización. **História Unisinos**, v. 17, n. 1, p. 48–60, 2024.

DOS SANTOS, Theotonio. *Imperialismo y dependencia*. 1978.

DOS SANTOS FILHO, J. E. . Autonomia E Seus constrangimentos: Política Externa Do Terceiro Governo Lula. **Conjuntura Austral**, v. 15, n. 69, p. 19–35, 31 jan. 2024. GOLDEMBERG, J. *Mudanças Climáticas e Desenvolvimento*. Revista Estudos Avançados. São Paulo. 2000.

DOMINGUEZ, J. I.; COVARRUBIAS, A. **Routledge Handbook of Latin America in the World**. [s.l.] Routledge, 2014.

DUARTE, Lílian C. B. *Política externa e meio ambiente*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

EATON, S.; STUBBS, R. Is ASEAN powerful? Neo-realist versus Constructivist Approaches to Power in Southeast Asia¹. **The Pacific Review**, v. 19, n. 2, p. 135–155, jun. 2006.

ESCODÉ, C. ARGENTINA 'S GRAND STRATEGY IN TIMES OF HEGEMONIC TRANSITION: CHINA, PERIPHERAL REALISM AND MILITARY IMPORTS. **Revista de Relaciones Internacionales, Estrategia y Seguridad**, v. 10, n. 1, p. 21–39, 2015.

ESCODÉ, C. La Transformación De Las Ecuaciones Del Realismo Periférico En El Siglo XXI. **Postdata**, n. 12, p. 221–226, 1 ago. 2007.

Escudé, Carlos. 1997. Foreign Policy Theory in Menem's Argentina.

ESTY, J.; LYE, C. Peripheral Realisms Now. **Modern Language Quarterly**, v. 73, n. 3, p. 269–288, 1 jan. 2012.

HURREL, Andrew. *Rising powers and the emerging global order. The Globalization of World Politics: An Introduction to International Relations*, Oxford Politics Trove, 2015.

- JARDIM, C. A. Understanding the Concept of Global South: an Initial Framework. **Mundorama**, 1 jan. 2015.
- JARDIM, C. A. Política Externa Brasileira E Cooperação Sul-Sul: Uma Análise De Coalizão Ibas. **CADERNOS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**, 1 jan. 2014.
- JARDIM, Camila Amorim. A estratégia brasileira de cooperação Sul-Sul em múltiplas frentes: os casos IBAS E BRICS (2003-2014). 2016.
- JAGUARIBE, H. Autonomía periférica y hegemonía céntrica. *Estudios Internacionales*, v. 12, n. 46, p. 91–130, 1979.
- KEOHANE, Robert O.; NYE JR, Joseph S. Power and interdependence. **Survival**, v. 15, n. 4, p. 158-165, 1973.
- LIMA, M. R. S. A agência da política externa brasileira: uma análise preliminar. In: Política externa brasileira em debate: dimensões e estratégias de inserção internacional no pós-crise de 2008. Brasília: IPEA, 2018, p. 20–50.
- LE PRESTE, Philippe. *Ecopolítica Internacional*. São Paulo: Senac, 2000.
- MEARSHEIMER, John J. **The tragedy of great power politics**. WW Norton & Company, 2001.
- MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA. Segunda Comunicação Nacional do Brasil à Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. Coordenação-Geral de Mudanças Globais do Clima Ministério da Ciência e Tecnologia Brasília, 2010.
- MOREIRA, C. A. L. ; MELO, M. C. P. Comércio bilateral Brasil - Estados Unidos: uma qualificação das pautas de exportação e importação. *Indicadores Econômicos FEE*, Porto Alegre, v. 31, n. 3, p. 71-96, nov. 2003.
- MORAIS DA SILVA, A. K.; GRASSI, J. M. Impactos Da Disputa Geopolítica Entre as Grandes Potências No Sul Global: Desestabilização E (des)integração sul-americana. **Conjuntura Austral**, v. 13, n. 61, p. 33–46, 24 fev. 2022.
- MIJARES, V. M. Soft Balancing the Titans: Venezuelan Foreign-Policy Strategy toward the United States, China, and Russia. **Latin American Policy**, v. 8, n. 2, p. 201–231, 6 nov. 2017.
- Misi, A. C. **A Teoria do Realismo Periférico e a Política de Alinhamento do Governo Menem**' 12/10/1999 115 f. Mestrado em RELAÇÕES INTERNACIONAIS Instituição de Ensino: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: Biblioteca Setorial do CCS - PUC-Rio.
- MORGENFELD, L. La Visita De Obama Y El Giro De Las Relaciones Entre Argentina Y Estados Unidos. **Tla-melaua**, v. 10, n. 41, p. 76–94, 2017.
- MUNHOZ, L. Quais São as Iniciativas Do Brasil Para a COP 28? **AgroANALYSIS**, v. 43, n. 12, p. 31–33, 11 dez. 2023.
- MUNHOZ, Leonardo. Resultados da Cop 28 e repercussões no Brasil. **AgroANALYSIS**, v. 44, n. 01, p. 33-35, 2024.
- NASCIMENTO, Victor. A Política Externa do Governo Lula para a Agenda Ambiental: uma análise à luz de teorias de processo decisório. *Revista Conjuntura Global*, v. 9, n. 2, 2020.

Oliveira, Felipe Antunes de. **Economia Política do Realismo Periférico: Origens, objetivos e desafios da política externa argentina no primeiro governo Menem (1989-1995)**' 30/11/2011 143 f. Profissionalizante em DIPLOMACIA Instituição de Ensino: INSTITUTO RIO BRANCO, Brasília Biblioteca Depositária: Biblioteca do IRBr

ONUJI, Janina; OLIVEIRA, Amâncio Jorge de. Eleições, política externa e integração regional. **Revista de Sociologia e Política**, p. 145-128, 2006.

OLIVEIRA, Amâncio Jorge Nunes de; ONUJI, Janina; OLIVEIRA, Emmanuel de. Coalizões Sul-Sul e Multilateralismo: Índia, Brasil e África do Sul. **Contexto Internacional**, v. 28, p. 465-500, 2006.

PINO, Bruno Ayllón. Evolução histórica da cooperação Sul-Sul (CSS). **Repensando a cooperação internacional para o desenvolvimento**. Brasília: Ipea, p. 57-86, 2014.

POPPER, Karl. **Lógica de la investigación**. Tecnos, 1993.

RICUPERO, R. À Sombra de Charles de Gaulle: uma diplomacia carismática e intransferível. A política externa do governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). *Novos Estudos*, CEBRAP 87, julho 2010 pp. 35-58

Rocha, Maurício Santoro. **Idéias, Diplomacia e Desenvolvimento: Ascensão e queda do realismo periférico na Argentina**' 30/04/2008 151 f. Doutorado em CIÊNCIA POLÍTICA (CIÊNCIA POLÍTICA E SOCIOLOGIA) Instituição de Ensino: INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE PESQUISA DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: Kalman H. Silvert.

ROBERT ISAKSEN, K. Reclaiming Rational Theory Choice as Central: a Critique of Methodological Applications of Critical Realism. **Journal of Critical Realism**, v. 15, n. 3, p. 245–262, 26 maio 2016.

RUBBI, L. N. Autonomía Y Valor Estratégico De Los Países periféricos: Análisis De La Literatura Y Propuesta Teórica. **Relaciones Internacionales**, v. 31, n. 4, p. 147, 15 jun. 2022.

SCHENONI, L.; ESCUDÉ, C. Peripheral Realism Revisited. **Revista Brasileira De Política Internacional**, v. 59, n. 1, 2016.

SILVA, L. Discurso Do Presidente Lula Na Primeira Sessão Do Segmento De Alto Nível Para Chefes De Estado E Governo Da COP 28. Disponível em: <<https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/presidente-da-republica/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/discurso-do-presidente-lula-na-primeira-sessao-do-segmento-de-alto-nivel-para-chefes-de-estado-e-governo-da-cop-28>>. Acesso em: 8 jun. 2024.

SILVA, L. In: CONFERÊNCIA DAS PARTES DA CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MUDANÇA DO CLIMA . Copenhague, 18 dez. 2009.

SILVA, A. L. R. COSTA, G. D. A busca de autonomia nas políticas externas da Argentina e do Brasil (2003-2015). *Meridiano 47*, v. 19, p. 1–17, 2018.

SILVA, A. L. R. Geometria variável e parcerias estratégicas: a diplomacia multidimensional do governo Lula (2003-2010). *Contexto Internacional*, v. 37, n. 1, p. MOREIRA, C. A. L.; MELO, M. C. P. Firmas transnacionais e inserção produtivo-tecnológica de países periféricos: o caso brasileiro no período recente. *RECITEC*, Recife: FUNDAJ, v. 6, n. 1, p. 118-145, 2002. 143–184, 2015.

SILVA, E; SPÉCIE, P; VITALE, D. Atual Arranjo Institucional da Política Externa Brasileira. Brasília: Ipea, 2010

STAN, A. Post-Socialist Realism. Authenticity and Political Conscience in the Romanian Literature of the 2000s. **Critique: Studies in Contemporary Fiction**, p. 1–12, 9 abr. 2021.

UNISCIADM. **La Evolución De La Política Exterior Ecuatoriana Durante El Siglo XXI: Análisis Desde La Teoría Del Realismo Periférico | UNISCI**. Disponível em: <<https://www.unisci.es/la-evolucion-de-la-politica-exterior-ecuatoriana-durante-el-siglo-xxi-analisis-desde-la-teoria-del-realismo-periferico/>>. Acesso em: 2 jun. 2024.

VALENTE, L. A POLÍTICA EXTERNA DA VENEZUELA ENTRE PUNTO FIJO E HUGO CHÁVEZ: RUPTURAS E CONTINUIDADES. **Boletim do Tempo Presente**, n. 07, 2013.

VIOLA, E. A Globalização da Política Ambiental no Brasil, 1990-1998, XXI International Congress of the Latin American Studies Association, The Palmer House Hilton Hotel, Chicago, USA, set. 1998.

VIOLA, Eduardo; FRANCHINI, Matias; LEMOS RIBEIRO, Thais. Sistema Internacional de Hegemonia Conservadora: Governança Global e Democracia na Era da Crise Climática. Annablume, São Paulo, 2013.

WALLERSTEIN, I. Culture as the Ideological Battleground of the Modern World-System. **Theory, Culture & Society**, v. 7, n. 2-3, p. 31–55, jun. 1990.

WALLERSTEIN, I. The Rise and Future Demise of the World Capitalist System: Concepts for Comparative Analysis. **Comparative Studies in Society and History**, v. 16, n. 04, p. 387–415, set. 1974.